CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOÃO ANANIAS

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 28 de outubro de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Campainha
- Manifestação fora do microfone
- Manifestação do público
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Bom dia a todos e todas. Com a presença dos Vereadores Silvinho Leite, de maneira *on-line*, e Marcelo Messias, e na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, dou por abertos os trabalhos da 25ª Audiência Pública da Comissão, convocada para hoje, 28 de outubro de 2026, às 10h, no Auditório Prestes Maia, no primeiro andar desta Casa, no Viaduto Jacareí.

Esta audiência pública tem como objetivo discutir o PL 752/2026, do Executivo, que "estima a receita e fixa as despesas do município da cidade de São Paulo para o exercício de 2027".

Esta é a quarta audiência temática sobre mudanças climáticas.

Informo que esta reunião está sendo realizada de forma semipresencial, com o uso do aplicativo Microsoft Teams, e transmitida ao vivo no endereço eletrônico https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 9 de outubro de 2026 e foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 3 de outubro de 2026 e no jornal *Folha de S.Paulo* no dia 5 de outubro de 2026.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo nos dias 9 e 10 de outubro de 2026, no endereço eletrônico https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/inscricoes/.

Para saber mais sobre o PL 752/2026 basta acessar o endereço eletrônico https://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2026/.

Todas as apresentações sobre o projeto de lei ora discutido estão disponibilizadas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para pronunciamento presencial estarão abertas até o final da fala das autoridades. Também já está disponibilizado, do lado esquerdo, um formulário para as pessoas que quiserem fazer mais de uma proposta.

Para esta audiência pública, foram convidados os Srs.: José Renato Nalini,

Secretário Executivo de Mudanças Climáticas da Prefeitura de São Paulo; Wanderley de Abreu Soares Junior, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente; Celso Jorge Caldeira, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, neste ato representado pelo Sr. João Bonett Neto, Analista de Políticas Públicas da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte; Fabricio Reis, Secretário-Adjunto Municipal de Planejamento e Eficiência; e Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal de São Paulo.

Solicito a todos que componham a Mesa.

Convido para se pronunciar, primeiramente, o Sr. José Roberto Nalini.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI – Sr. Presidente, Vereador João Ananias, agradeço a honra e a oportunidade de falar sobre a SECLIMA – Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas da Prefeitura de São Paulo.

Cumprimento o Vereador Marcelo Messias e o Vereador Silvinho, que está nos acompanhando de maneira *on-line*. E, em nome do Secretário Wanderley, cumprimento os meus queridos companheiros da Prefeitura.

A Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas não tem orçamento. É uma Secretaria de articulação subordinada à Secretaria de Governo, ao Secretário Edson Aparecido, e tem como missão articular as ações da municipalidade para que todas as Secretarias coloquem no seu radar a questão mais séria que a humanidade está enfrentando, que é o aquecimento global.

Neste ano, aqui em São Paulo, estamos sentindo os efeitos do El Niño, que talvez seja o mais sério e o mais violento dos últimos 80 anos, fato que hoje é unanimidade entre os cientistas.

Essa questão climática tem que ser disseminada entre a população. Cada indivíduo tem que saber que pode fazer a diferença. Não é uma questão que deva se restringir à atuação da Prefeitura, do município. A Prefeitura pode articular, estabelecer políticas públicas e destinar verbas. Temos, pela primeira vez na história, um orçamento climático. Não se trata de fazer um aumento paralelo ao orçamento geral da Prefeitura, mas de detectar ou etiquetar, dentro do

orçamento da Prefeitura, aqueles investimentos que vão convergir para salvar vidas e amenizar os efeitos dos eventos extremos. E os eventos extremos vão acontecer, Vereadora Marina, nossa parceira.

Eu trouxe uma pequeníssima apresentação, que tomo a licença de expor para que toda a cidadania tenha conhecimento do que se faz em São Paulo em relação à questão do orçamento climático na Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas.

- Orador passa a referir-se a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JOSÉ RENATO NALINI – A SECLIMA existe desde 2021. Como já adiantei, cabe a ela inserir a variável climática nos processos decisórios da Prefeitura de São Paulo. Todas as Secretarias estão trabalhando juntas, já que a mudança climática é um evento transversal que afeta a saúde, a economia e a educação. Por isso, todos nós temos que nos interessar.

Presidente, São Paulo produz 15 mil toneladas diárias de resíduos sólidos, que antes chamávamos de lixo. Hoje não é mais chamado de lixo, pois tem valor econômico. Porém, como consumimos e desperdiçamos demais e não sabemos descartar, só 2% dessa quantidade é reciclada. Precisamos, portanto, conscientizar as pessoas a consumirem menos, desperdiçarem menos e separarem adequadamente aquilo que será descartado. Não é simplesmente jogar fora.

O objetivo da SECLIMA é aumentar a resiliência, ou seja, a resistência, para que possamos salvar vidas. Não estamos pensando no clima pelo clima, apenas pelo meio ambiente. Trata-se de salvar vidas, principalmente as dos mais vulneráveis.

O PlanClima, plano elaborado em colaboração com o C40, uma entidade internacional muito respeitada, tem cinco eixos, entre eles o rumo ao carbono zero em 2050.

O maior vilão da cidade de São Paulo, a maior cidade do Brasil, é o trânsito. Temos hoje dez milhões de veículos, a maior parte deles abastecida com combustíveis fósseis, como gasolina e diesel. Sessenta por cento das emissões dos gases venenosos causadores do efeito estufa provêm do trânsito. Esse, então, é o maior vilão.

Aqui temos o primeiro eixo, Rumo ao Carbono Zero em 2050. A proposta da SECLIMA é que em 2050 tenhamos emissão zero, todos os veículos não mais serão abastecidos

com combustível fóssil. Nós já temos uma grande solução, que é o etanol, que existe desde a década de 70 do século passado. Precisamos convencer as pessoas a abastecerem com etanol em vez de gasolina e fazer com que a eletrificação continue. O Prefeito descobriu que metade dessa emissão provém da frota de ônibus, porque temos ônibus também muito antigos, daí o processo de eletrificação. Hoje já são 2009 ônibus elétricos, cada um dos quais economizando 3,5L de diesel por ano, o que equivale ao plantio de 6,4 mil árvores. Imaginem o que isso representa.

A população está gostando muito do ônibus elétrico. As pessoas têm dito que esses ônibus são limpos, silenciosos, têm *wi-fi*, permitem recarregar a bateria, têm música; Então, o ônibus elétrico é uma grande conquista.

O segundo eixo é adaptar a cidade de hoje para o amanhã, e esse amanhã já é hoje. Têm havido chuvas violentas, ondas de calor, inundações, deslizamentos, desmoronamentos, porque São Paulo foi sendo ocupada de maneira insensata. Fomos ocupando as margens das represas, quisemos brincar de Deus, endireitar o Tietê. Hoje o Tietê já não é mais nem rio, é um condutor de imundice, um canal que já não tem água pura.

O terceiro eixo é proteger pessoas e bens.

O quarto, cuidar dos biomas, fortalecer a cidade. Estamos no bioma da Mata Atlântica, precisamos enverdecer São Paulo, que não é mais aquela selva de pedra. Em 2025, foram plantadas 153 mil novas árvores com o auxílio da comunidade. Podemos encontrar pessoas voluntárias que todo sábado ajudam a plantar mais árvores em São Paulo. Ao mesmo tempo, temos que cuidar da bioeconomia, da economia verde, que gera muitos empregos verdes. Queremos gerar trabalho e riqueza sustentáveis.

Hoje são 24 os órgãos municipais envolvidos nessas cinco estratégias. E a maior estratégia, a mais inteligente é o orçamento climático, que é um instrumento de governança climática, que integra o planejamento climático ao orçamentário, identificando ações e metas de combate à mudança do clima no orçamento por meio daquilo que os técnicos chamam de etiquetagem climática. Ou seja, encontrar aqueles investimentos no orçamento geral que são

destinados a ações que vão melhorar a cidade, adaptá-la para que ela resista aos impactos.

Temos também o auxílio do Tribunal de Contas do Município, que criou uma Sala do Clima, entregue a um ex-Vereador desta Casa combativo, Gilberto Natalini, que foi meu antecessor na Secretaria de Mudanças Climáticas. O Tribunal de Contas do Município vai acompanhar o cumprimento desse orçamento climático, priorizando, dentro dele, aquelas regiões mais ... (Pausa)

Vereadora Renata Falzoni, outra lutadora pelo clima, presente. É bom que ela esteja aqui conosco.

Outros eixos do orçamento climático são mitigação e adaptação, tudo em busca de equidade, conceito grego antigo mais importante do que justiça. Porque justiça é dar a cada um o que é seu; já equidade visa a compensar a vulnerabilidade dos mais fracos. Então, nós temos que pensar sempre nos mais vulneráveis.

A mitigação está no controle e na redução das emissões dos gases do efeito estufa. Adaptação significa o fortalecimento da resiliência urbana. Como é que nós vamos deixar São Paulo mais confortável, mais agradável, menos perigosa, com menos áreas de risco? Faremos a justiça climática com uma territorialização dos recursos priorizando os grupos vulneráveis.

Nesta imagem, uma contextualização que mostra como é que o PlanClima é aplicado: implementação, relatórios anuais de acompanhamento. Em 2025, ele foi totalmente revisto. Portanto, o orçamento climático está em plena vigência e sendo cumprido.

A governança institucional desse orçamento, pela sua complexidade e importância, está entregue à Secretaria de Planejamento – Seplan, que faz a coordenação estratégica e oferece suporte técnico e administrativo, além do monitoramento das ações classificadas como climáticas.

A Secretaria Municipal do Clima - SECLIMA, da qual tenho a honra hoje de ser o titular, faz a gestão intersetorial e o monitoramento físico das ações, além da elaboração e atualização de instrumentos técnicos.

Os demais órgãos municipais, que são quase todas as Secretarias, também validam

as ações e fornecem os dados orçamentários que depois vão ser monitorados pelo Tribunal de Contas do Município através da Sala do Clima. Temos inúmeras parcerias internacionais, Sr. Presidente, como C40 *Cities e Bloomberg Philanthropies*, que fornecem apoio técnico e metodológico. Há muita gente preocupada com isso no mundo inteiro, porque o problema de aquecimento global é planetário, e não somente em São Paulo.

Então, o orçamento climático está em plena execução, com 93% do PlanClima sendo cumprido.

Há uma vinculação, portanto, com o ciclo orçamentário: as ações climáticas identificadas nos programas do PPA de 2026-2029, LDO e LOA pela Seplan estão em articulação com a SECLIMA. A Seplan faz esse acompanhamento. Estamos dia a dia verificando se houve a execução, se o dinheiro do povo está sendo aplicado para adaptar a cidade para que ninguém mais morra por causa de desmoronamento, chuva, enchente *etc*.

Há uma identificação das ações orçamentárias por pesquisa de palavras-chave do PlanClima, validação da SECLIMA e das Secretarias responsáveis. A análise territorializada faz com que nós examinemos tudo o que possa acontecer em São Paulo.

Há os Cadernos de Drenagem, que são 59, onde há um diagnóstico geológico, hidrológico e de vulnerabilidade social de todo o território de São Paulo. E as ações da Prefeitura estão contemplando principalmente as prioridades.

Entre 2024 e 2025, o povo de São Paulo investiu 40 bilhões em ações ambientais e de combate às mudanças climáticas.

Para 2026-2029, estão previstos 122,2 bilhões, aproximadamente 20% do orçamento planejado.

Habitação e Urbanização. O Programa Pode Entrar e urbanização de favelas ficará com R$ 6,5 bilhões, e a regularização fundiária, com R$ 436 milhões.

Mobilidade e Transporte. Continuidade da eletrificação da frota de ônibus, com R$ 5,1 bilhões. Corredores e BRTs, com R$ 1,6 bilhão. E ciclovias e ciclofaixas, Renata, com R$ 448 milhões.

Os eventos críticos já não são mais surpresa. Tudo é previsível, e esses eventos acontecem. Uma chuva de 1 hora equivale à quantidade de 11 dias de chuva, como aconteceu em setembro.

Então, essas intervenções no sistema de drenagem têm R$ 6,5 bilhões reservados, e as obras e serviços nas áreas de riscos geológicos, R$ 360 milhões. Os próximos passos são o aprimoramento metodológico da etiquetagem climática do orçamento. É uma novidade, nós estamos investindo muito nisso. Os técnicos estão trabalhando bastante e contando com a ajuda da academia, o Instituto de Estudos Avançados da USP nos ajuda, e muitos cientistas e pesquisadores, espontânea e voluntariamente, vêm trazer subsídios.

Nós temos de exercer atividades de capacitação e integração intersetorial para consolidar essa governança climática orçamentária, expandindo a integração com os instrumentos de planejamento. Temos todos de andar juntos.

Precisamos fortalecer o monitoramento regionalizado para a promoção da justiça climática. Aprovar o plano para 2027, que é de R$ 33 bilhões. E, principalmente — não está aqui —, despertar a atenção e a colaboração da comunidade. Sem a cidadania, nada do que o Poder Público possa fazer vai gerar os efeitos desejados e necessários para essa cidade de 13 milhões de pessoas.

Então, é participar, colaborar e aderir àquilo que interfere na sua vida pessoal: fazer o plantio, destinar corretamente os resíduos sólidos e ajudar a mostrar à administração aquilo que precisa ser feito. Nós precisamos da participação da comunidade. É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Secretário. Queria passar a palavra agora para o Sr. Wanderley, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

O SR. WANDERLEY DE ABREU SOARES JUNIOR – Obrigado. Bom dia, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade de estarmos aqui discutindo ideias, ainda mais a questão do orçamento, que é importante e dinâmica.

Cumprimento, na sua pessoa, todos os Vereadores presentes; os meus

companheiros da Prefeitura, o Dr. Nalini, o Secretário Fabricio; a Tamires, minha Chefe de Gabinete; o Antônio, meu Coordenador Financeiro, e todos os funcionários da SVMA; todos os presentes e a todos que estão nos acompanhando *on-line*.

Só um momentinho para ajustar a apresentação.

- Orador passa a referir-se a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. WANDERLEY DE ABREU SOARES JUNIOR – Perfeito, pode passar, por favor. Quero destacar a execução do orçamento de 2025. Nós tínhamos um orçamento disponibilizado de R$ 782 milhões. Executamos R$ 738 milhões, o equivalente a 97% do Tesouro e 94% do total da nossa Secretaria.

Em relação a 2026, esse é o retrato atual de como estamos agora. Temos disponibilizados R$ 830 milhões e executamos R$ 493 milhões, com dados do dia 26 de outubro. Mas é importante frisar que temos um *delay* de cerca de três meses, porque temos as medições e tudo o que estamos conferindo. Estamos dentro do previsto e chegaremos ao final do ano com tudo executado, se Deus quiser.

No orçamento de 2027, temos, previsto do Tesouro, R$ 718 milhões, o que equivale a 83,75% do orçamento; operações de crédito somam R$ 53 milhões, equivalente a 6,26%; e o Tesouro vinculado a fundos representa R$ 85 milhões, equivalente a 9,98%, totalizando R$ 857 milhões.

Na evolução orçamentária, queremos destacar que, de 2020 a 2027, tivemos um aumento de 182% no orçamento da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. O destaque vai para as questões ambientais e para a visão do nosso Prefeito Ricardo Nunes, que tem nos dado um apoio incansável na agenda do meio ambiente. Sabemos que a questão ambiental hoje é uma necessidade de sobrevivência.

Muitos trataram o meio ambiente como uma pauta lateral no passado, mas hoje ela é central e transversal a todas as outras Secretarias. O que acontece hoje com as mudanças climáticas, com essas questões ambientais, interfere na vida de todos, tanto na sobrevivência quanto na economia. Por isso, vale destacar esse aumento de 182% no nosso orçamento desde

2020.

Aqui vemos o gráfico do que foi feito, destacando o ano de 2024, quando tivemos a questão das DUPs, no município de São Paulo, para proteger as áreas verdes de maneira legal. São Paulo hoje dispõe de mais de 50% do território preservado, mas a ideia das DUPs é preservar legalmente as áreas que temos no município.

O nosso Plano de Metas prevê entregar oito novos parques, requalificar 25 parques, realizar o plantio de 200 mil árvores, oferecer educação ambiental para 240 mil pessoas e fazer o monitoramento dos parques municipais. Vou detalhar cada um a seguir.

Dos oito parques previstos entre 2025 e 2028, já entregamos sete. Concluímos 87,5% do previsto em menos de dois anos. Vale destacar que já temos mais seis parques em obras e oito parques em fase de projeto. Destaco o Morro Grande, que já está com o projeto em andamento e as DUPs complementares estão sendo finalizadas. O Parque do Morro Grande já é uma realidade prevista para o ano que vem.

A requalificação de 25 parques, estamos em 48% da meta. Até o final do ano entregaremos mais três parques: Santo Dias, Chácara do Jockey e Sapopemba, atingindo 60% do previsto até 2028.

Sobre a arborização, o projeto de árvores de São Paulo, já foram 100% entregues. Alcançamos 104,5% agora em agosto, com 209 mil mudas plantadas e 50% de cobertura vegetal no município.

Educação ambiental. Tivemos 98 mil visitas na UMAPAZ e 42 mil visitas nos planetários de Parelheiros e do Carmo, totalizando 58% da meta de educação ambiental concluída.

Sobre arborização, referente ao inventário arbóreo, já realizamos o levantamento em 46 distritos, com 200 mil árvores já consolidadas dentro do processo. É um processo detalhado que conseguimos acompanhar com inteligência artificial. Isso trará um avanço nas ações do dia a dia, como no planejamento do plantio, no espaçamento entre as árvores e no alinhamento com as subprefeituras. Esse levantamento, com tecnologia embarcada, nos trará uma dinâmica muito

mais rápida no dia a dia, para que possamos, além de fazer o plantio e cuidar das ruas e das nossas árvores, passamos a ter um planejamento preciso de tudo o que faremos no futuro.

Este quadro mostra o comparativo da evolução do nosso orçamento, para 2026 e 2027, um acréscimo de 4,1% de um ano para o outro.

Obrigado. Estou à disposição para dúvidas e esclarecimentos, contando com o apoio da minha equipe presente. Agradeço a todos e sempre estamos à disposição na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Secretário. Vou passar a palavra agora para o representante da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, João Bonett. Tem alguma apresentação, deseja falar?

O SR. JOÃO BONETT NETO – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Secretários, demais autoridades presentes e, principalmente cidadãs e cidadãos que nos acompanham e, na verdade, nos honram com sua presença e remotamente.

Meu nome é João, sou analista de políticas públicas, sou servidor público, técnico de carreira da Prefeitura de São Paulo, trabalho na Secretaria de Mobilidade Urbana e Transportes. Estou com a nossa equipe, uma parte dela presencial e outra parte que está nos acompanhando remotamente.

Nossa área é mais responsável por consolidar e compilar a as informações que vão compor a proposta orçamentária e, por isso, a Secretaria nos pediu que acompanhássemos a reunião em apoio ao Secretário do Verde e SECLIMA. Eu até peço licença nesse sentido, porque trouxe uma apresentação. Se o Secretário julgar pertinente, se o Presidente julgar pertinente, nós faremos essa apresentação. É algo muito rápido, é uma abordagem muito geral sobre a nossa peça orçamentária.

- Orador passa a referir-se a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JOÃO BONETT NETO – O objetivo de estarmos aqui apoiando a exposição dos Secretários do Verde e de SECLIMA é que algumas ações de transporte têm um cruzamento importante com a temática da audiência de hoje, que é justamente mudanças climáticas. E, como

já foi dito aqui, uma ação que a Prefeitura tem conduzido muito importante nessa temática é a eletrificação da frota de ônibus municipais.

Estamos fechando 2026 com uma frota de mais de 2.000 ônibus elétricos, que permite à cidade evitar 37 toneladas de gás carbônico por ano e evitar também o consumo de é 35.000 litros de diesel por ano. Esse é claramente um benefício ambiental que a Prefeitura busca expandir para toda a Cidade.

Esses mapas, que vocês estão vendo, ilustram a expansão da cobertura de linhas de ônibus que são eletrificadas, ou seja, que tenha a sua frota operacional composta por ônibus elétricos. Desde 2020, há uma expansão dessa cobertura, que é visível nos mapas.

Outra ação que está sendo proposta e que deve funcionar em complemento à eletrificação é a renovação da frota dos ônibus a diesel, também por ônibus movidos a biometano. Essa ação tem base no Decreto Municipal nº 64.519 de 2025, que institui o Programa BioSP, que busca com a eletrificação da frota responder aos imperativos legais postos tanto por normativos municipais, quanto federais, quanto dos acordos internacionais. Essa proposta prevê, na sua fase inicial, a meta de substituição, de renovação de mil ônibus a diesel por ônibus movidos a biometano. A ideia é que se inicie em 2027 essa fase e preliminar do programa.

Essas duas ações, com outras ações principalmente de transporte coletivo, como é o caso da implantação do projeto Bonde São Paulo, constituem ações de grande peso dentro da proposta orçamentária de 2027 para a Secretaria e para a Prefeitura.

Antes de entrar especificamente na discussão da nossa proposta orçamentária, eu gostaria de falar também brevemente sobre a estrutura do orçamento proposto para transportes. Estamos saindo de um orçamento de 2026 aprovado de R$ 12,3 bilhões para uma proposta de R$ 14,9 bilhões em 2027. Se dividirmos esses recursos por natureza de despesa, podemos notar que 65% desses recursos que estão sendo propostos são destinados a despesas correntes e 35% são destinados a despesas de capital, que são os investimentos.

Basicamente, grande parte dos investimentos que nós temos devem ser financiados por operações de crédito: 25% desses 30% de recursos da nossa proposta orçamentária devem

ser financiados por operações de crédito, que é algo que ajuda a aliviar o orçamento público, principalmente sobre os fundos municipais e sobre o Tesouro municipal.

Então, grande parte dessas operações de créditos devem financiar as ações que nós estávamos comentando, que é o caso da eletrificação da frota de um ônibus, que deve continuar. Estão previstos para 2027 R$ 2,1 bilhões, sendo R$ 500 milhões para o programa de renovação da frota por biometano e R$ 1,3 bilhão para o projeto Bonde SP, que na verdade é um projeto de requalificação urbana, com uma tecnologia de transporte elétrico. E, por isso, que aparece na nossa proposta.

Essas são as principais ações que nós temos para discutir, enfocando o transporte público. Há outras propostas também, outras ações, que podemos debater ao longo da reunião. Estamos à disposição e gostaríamos de ouvi-los também.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. João. Queria informar que está presente, de forma *on*-line, o Vereador Fabio Riva, Líder do Governo.

Quem desejar se manifestar na nossa audiência pública, procure a nossa assessoria aqui, ao lado, para se inscrever. Também a quem quiser fazer proposta para o Orçamento, tem que preencher um formulário que está com o pessoal da Mesa.

Vou abrir a fala para o Secretário-Adjunto da Seplan, Sr. Fabricio Reis.

O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Bom dia, Presidente desta Comissão, Vereador João Ananias; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; queridos Secretários; Sr. João, nosso técnico de SMT.

Eu vou pedir licença rapidamente para prestar uma homenagem aos servidores públicos pelo dia 28 de outubro. Uma salva de palmas. (Palmas) E quero prestar uma homenagem especial à equipe de Seplan, que trabalhou e trabalha de uma forma muito importante para que as políticas sejam refletidas nesse instrumento que estamos debatendo hoje e em outros instrumentos.

Dentro da minha fala em Seplan, para quem vem acompanhando as audiências, há

uma fala rápida, mas importante, porque nem todos acompanham todas as audiências.

A ideia é a de dar uma dimensão do que é que nós estamos falando em níveis de estruturação e valores que estão colocados dentro da proposta. E mais que isso: ficarei à disposição, justamente, para ouvir as contribuições, sugestões, para debater com os munícipes e as lideranças presentes a respeito desse instrumento.

Então, em linhas gerais, temos uma peça que foi produzida com uma responsabilidade fiscal e, também, seguindo todas as regulamentações legais.

Hoje, nós estamos falando de um Orçamento estimado para o ano de 2027 na casa dos R$ 146,5 bilhões. Destacamos a capacidade de investimento que estamos prevendo para o próximo ano: acima de R$ 20 bilhões. Isso é um resultado imediato das ações realizadas pela gestão do nosso Prefeito Ricardo Nunes em relação a diversas ações, tais como renegociação da dívida, a nossa reforma previdenciária, ações de redução de impostos e taxas. Tudo isso nos dá uma capacidade para vermos esse nível de investimento, relacionado a nossa temática de mudanças climáticas, como, por exemplo, na eletrificação da frota, entre outras questões, como aquisição das áreas e tudo mais relacionadas ao tema do meio ambiente.

Eu destaco também que, na nossa proposta, tivemos diversas inovações, além do que já foi muito bem dito pelo nosso Secretário Nalini sobre o orçamento climático, com uma monta de mais de R$ 33 bilhões orçados, relacionados a essas políticas transversais. Temos outros destaques, como o da pessoa idosa, que também é uma demanda feita pelas próprias lideranças representantes dentro do nosso processo orçamentário, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e, também, na própria discussão das audiências do ano passado.

Isso tudo ajuda muito a qualificar a discussão sobre o Orçamento, porque, neste momento, destacamos um valor orçamentário específico dentro de matemática transversal, conseguimos ter um nível de discussão qualificado para isso.

A partir disso, no papel de Seplan, visando uma melhoria na transparência e na comunicação, nós estruturamos para esse processo painéis que estão em *BI* no nosso *site*, no *site* da Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência, que auxiliam o cidadão e os

representantes a consultar esse orçamento de uma forma muito mais dinâmica, que não seja a leitura de uma peça que é muito técnica e que tem um volume muito grande de páginas.

Então, fica o destaque para que consultem, e, a partir dessa consulta, possam trazer contribuições. Nós temos, então, um painel que é do próprio Orçamento e um do Orçamento Cidadão.

Por fim, eu destaco, mais uma vez, a nossa responsabilidade na construção desse processo e, também, a nossa disponibilidade para receber as contribuições e dirimir as dúvidas que, porventura, tiverem durante o processo.

Agradeço aqui mais uma vez a oportunidade e fico à disposição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Secretário.

Também queria dizer que a Vereadora Renata Falzoni está aqui conosco

Informo que as inscrições se encerraram; a partir de agora, somente terá direito de falar quem preencher o formulário.

Eu vou abrir a fala, porque a Vereadora é Renata Falzoni disse que gostaria de fazer a manifestação. Agora, Vereadora?

A SRA. RENATA FALZONI – Eu sempre agradeço, porque... pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Perdão, Vereadora. Aqui, quem tem autonomia somos nós. Por favor, fique à vontade.

A SRA. RENATA FALZONI – Bom, eu vou ser breve porque eu gosto de ser bastante objetiva, breve e sempre faço um exercício de falar o mais compreensível possível. Então, eu queria superagradecer a presença dos Secretários Nalini; Wanderley; Colegas Marcelo Messias, João Ananias, Silvinho Leite, Marina Bragante, que eu não cumprimentei; João Bonett, que está representando a Secretaria de Mobilidade; Fabricio Augusto e a todas e todos que estão nos acompanhando via *on-line* e presencialmente.

Não podemos falar de mudanças climáticas sem falar de mobilidade e qualidade de ar, da ampliação das áreas verdes e da capacidade da cidade de enfrentar os eventos climáticos.

Na outra audiência pública, nós fizemos um vasto trabalho em cima de analisar o

orçamento para a mobilidade. Agora, vamos falar um pouco sobre as questões das mudanças climáticas e do meio ambiente.

Temos que reconhecer que o trabalho desenvolvido pelo meu Colega Nalini, meu grande amigo, à frente da SECLIMA, tem feito muitas ações em conjunto. Nós temos trabalhado bastante em conjunto.

Então, nós fizemos juntos um seminário sobre Experiências Internacionais de Zonas de Baixa de Emissão, com apoio da SECLIMA. Fizemos um projeto de lei para instituir a Política de Zonas de Baixa e Zero Emissão em São Paulo, que está tramitando na Câmara. E teria sido muito importante ter incluído na LOA uma rubrica com algum orçamento para a criação de uma Zona de Zero Emissões, porque está no Plano de Ação Climática da Cidade.

Um avanço que eu quero destacar são as vagas verdes, que já virou lei. É um projeto de minha autoria com Marina Bragante, que está presente, e Nabil Bonduki; e a política que está em vias de ser regulamentada com o apoio da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, encabeçada pela Tamires que também está presente. Está no Plano de Metas do Prefeito. A rubrica foi criada, na LOA, pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a nosso pedido, mas ainda não tem recurso. Então, eu vou submeter ao Relator uma sugestão de algum recurso, para que possamos tirar, pelo menos, cem vagas verdes do papel.

Já quero enaltecer o que foi apresentado pelo Secretário de Meio Ambiente sobre o inventário de 200 mil árvores. Só para termos ciência: temos 450 mil árvores virtuais, que são árvores que foram retiradas, remanejadas e que, por compromisso de compensação ambiental, ainda não foram plantadas.

Então, se nós levamos 10 meses para levantar 200 mil árvores, temos que entender o que vamos fazer para tirar 450 mil árvores das nuvens, porque é um compromisso que não sai do papel pela grande dificuldade que temos de encontrar áreas, de encontrar quem vai fazer a manutenção, a responsabilidade disso tudo, e as vagas verdes estão aí para começarmos também a resolver essa questão.

Outro destaque positivo, em relação ao que vem sendo feito, é a manutenção e

operação das Unidades de Conservação. A proposta de 2027 prevê R$ 80,8 milhões, valor bem acima dos R$ 58,5 milhões previstos no PPA. Destaque negativo, porém, é que a rubrica de ampliação, reforma e qualificação das unidades é preocupante, porque a proposta para 2027 é de apenas de R$ 2,95 milhões, redução de cerca de 41% em relação ao que está no PPA.

Outro ponto que também nos preocupa é a drenagem urbana. Todo mundo, depois daquela tempestade que aconteceu há uns 15 dias, se lembra do que aconteceu na cidade.

A questão de drenagem está com R$ 1,6 bilhão, ou seja, R$ 489 milhões a menos do que está no PPA. Estamos diante de uma cidade que enfrenta, ano após ano, problemas gravíssimos com enchentes e alagamentos. E os eventos climáticos extremos tornam cada vez mais urgente a necessidade de investirmos na prevenção e adaptação. Precisamos, urgentemente, permeabilizar essa cidade.

Para concluir, quero reforçar que discutir o orçamento não é apenas discutir números. Precisamos discutir qual o conceito do investimento desse capital; discutir a cidade que queremos construir; realmente, temos que nos ater aos conceitos de sustentabilidade e de combate à adaptação às mudanças climáticas.

Por isso mesmo, propusemos, na Câmara Municipal, a criação da Sala do Clima, inspirada no Tribunal de Contas do Município, que já criou a sua, capitaneada pelo querido Colega Gilberto Natalini, a quem, realmente, temos que prestar atenção pelo trabalho que vem fazendo no Tribunal de Contas. Propusemos aqui. Temos que ter, na Câmara, um espaço institucional de acompanhamento, debate, fiscalização do orçamento e das políticas de enfrentamento às mudanças climáticas, que vai muito além de uma Comissão Extraordinária.

Agradeço muito a todas e todos por estarem aqui. Muito obrigada, Presidente.

Vamos embora trabalhar. Posso passar aos senhores os nossos apontamentos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereadora.

A SRA. RENATA FALZONI – Antes de tudo, quero agradecer muito o trabalho da minha equipe, que está sempre fazendo trabalhos de conclusão, de pesquisa e de levantamento

de dados. Muitíssimo obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereadora.

Gente, então, os Secretários Nalini e Jorge Reinaldo estão saindo, e a Luciana Feldmann vai ficar para responder às perguntas no lugar deles.

Temos onze inscritos *on-line*, mas só três estão neste momento *on-line*. Então, vou chamar primeiro o José Antônio Oka.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO OKA – Bom dia, Sr. Presidente. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Ouvindo. Fique à vontade.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO OKA – Muito obrigado.

Eu sou José Antônio, do Fórum Verde Permanente, da Associação Cidade a Pé. Eu já peço desculpas de saída porque, como a gente tem um tempo pequeno, eu vou ter que falar que nem um Janones alucinado para conseguir abordar tudo o que eu planejei.

Sobre questões de mudanças climáticas, mais do que olhar o orçamento, a preocupação foi para onde está apontando a cidade que nós queremos. Como disse a Vereadora Falzoni, a cidade para as pessoas *etc.* Pegando a questão do Super El Niño que nós vamos enfrentar, o que a gente encontra no orçamento 2027? Olhando os códigos daquilo que vai ser aplicado, existe um que é o 6165, verbas para contingências em situações de alta temperatura, que é uma coisa que deve acontecer com o Super El Niño. Essa verba para 2027 é praticamente igual à de 2026 e 1/3 da de 2025. E as outras coisas que o Super El Niño vai trazer, como a questão de enchentes, a questão de drenagem, que foi apontado também agora que houve uma redução. Ou seja, como é que nós estamos nos preparando? Como é que o orçamento da cidade de São Paulo indica sobre a preparação para enfrentar o Super El Niño?

Outro ponto está relacionado com fiscalização e pessoal para a área ambiental na cidade de São Paulo. Pelo Fórum Verde e diversos outros coletivos em que atuo, a gente percebe os problemas que nós temos na questão ambiental na cidade. São bosques de matas nativas que são destruídos; são ninhos de fauna que são destruídos em plena época de reprodução; casos terríveis de contaminação de solo; poluição do ar e sonora. E a gente pergunta: qual é a

estrutura, qual é a verba que está sendo dedicada para enfrentar essa situação?

Então, vou pegar um exemplo. É sempre um exemplo, porque existem, claro, diversas outras atividades, mas são exemplos que infelizmente trazem muita preocupação. No código 6660, fiscalização ambiental, nós temos uma redução brutal, R$ 10 mil para o ano todo, para a cidade toda. Esse código já teve R$ 3 milhões em 2023, então R$ 10 mil para a fiscalização ambiental da maior cidade do país...

Outra coisa: num levantamento do Fórum Verde, a gente detectou que a equipe de fiscalização foi reduzida a 20% do que já teve. Então, eu quero chamar a atenção dos parlamentares, do Ministério Público, do Tribunal de Contas: a fiscalização ambiental e as carreiras estão tendo a devida atenção? Como é a questão do concurso para essas carreiras? Se teve uma redução tão grande por algum motivo justificado, a gente precisa repor, é preciso repor. Eu não encontrei, não deu tempo de verificar se está sendo previsto concurso para a carreira de analista de meio ambiente, da Secretaria do Verde.

Por fim, um dos caminhos importantes para a redução de emissão de gases de efeito estufa é dar melhores condições para o transporte coletivo, para caminhar e para andar de bicicleta na cidade. Para se ter uma ideia, na pesquisa do Metrô, das 14 milhões de viagens todos os dias, dois terços são feitas por esses modos de deslocamento transporte coletivo, andar e andar de bicicleta. Qual é atenção que tem para isso no orçamento da cidade de São Paulo?

Não deu tempo para ver os diversos cortes relacionados, são muitos, só que a gente olhou pela Cidade a Pé: Fundurb, 52% foram aplicados em obras viárias e recapeamento, e 22% para transporte coletivos, calçadas e ciclovias. É uma inversão de prioridade. Acho que precisa dar uma atenção a isso para que a gente tenha um foco nas pessoas que estão se deslocando nesses modos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. Sr. José Antônio.

A próxima é a Suzana Guinsburg Saldanha.

A SRA. SUZANA GUINSBURG SALDANHA – Olá, bom dia a todas e a todos, Sr.

Presidente.

Quero reforçar as duas últimas falas; tanto a da Vereadora Renata Falzoni quanto a do José Oka: é extremamente importante que sejam ouvidas e aplicadas.

Eu sou também de vários conselhos municipais da área do meio ambiente, pertenço à APA das Nascentes e à Rede Ambiental Butantã. No âmbito das mudanças climáticas, ainda mais agravadas pelo Super El Niño, tem algumas questões muito importantes. A gente tem aqui a manutenção e a operação de áreas verdes e vegetação com quase meio bilhão de reais.

Eu sou do Cades Butantã e do Cades Municipal e a gente tem uma reclamação constante de como estão sendo feitas as compensações ambientais; que o DAP é muito baixo; que se planta em época de seca; que se perdem muitas árvores; que a gente retira, como já foi falado aqui, a serrapilheira, expondo o solo e fazendo com que não tenha permeabilidade, entre outras questões. Então, aparentemente, a gente tem muito dinheiro investido aí, com pouca efetividade das operações.

Ao passo que a gente, nas Unidades de Conservação Municipais, que são na Zona Norte, preferencialmente, e na Zona Sul, que são onde a gente realmente segura o clima desta cidade, porque os bosques urbanos só vão funcionar se os bosques maiores que fazem parte das Unidades de Conservação Municipais – que são os parques naturais municipais, os refúgios de vida silvestre, área de proteção ambiental, reserva particular de patrimônio natural – se mantiverem.

E tem aqui uma queda expressiva na verba de implantação de novas Unidades de Conservação Municipais, que foi de R$ 60,2 milhões em 2026 para R$ 6 milhões em 2027. Isso, em termos de mudança climática, de implantação de corredores verdes, de saúde dos parques urbanos, fica insustentável, porque a gente depende disso não só para a questão dos mananciais, como para todo o clima da cidade. Além disso, reforçando a fiscalização, que o José Antônio Oka falou, que é extremamente importante.

Também, só para concluir, a gente tem no Butantã o primeiro bosque... Bosque não, é... Não está me vindo o termo. Áreas verdes, parques lineares verdes, que não é parque, é

arborização urbana. A gente teve a primeira experiência no Butantã. Entretanto, a Secretaria do Verde não teve dinheiro para implantar esse corredor verde. Ele tem 500m e não foi inteiramente implementado, e a gente está tendo que lançar mão do Orçamento Cidadão. Então, eu gostaria que dessem muita atenção aos corredores verdes, que estão todos planificados no GeoSampa, e a gente não está vendo a dotação orçamentária. Que se aumente a essa dotação onde ele estiver. Eu imagino que esteja na promoção de arborização urbana e na DAU – Divisão de Arborização Urbana.

Aqui eu termino e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sra. Suzana.

O próximo é o Paulo Lerino da Costa, Olerino... Não sei.

O SR. PAULO OLERINO DA COSTA – Tudo bom? Bom dia. Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Sim, pode falar.

O SR. PAULO OLERINO DA COSTA – Cumprimento o Presidente João Ananias, toda a Mesa, o Secretário Wanderley – estive em reunião com ele há alguns dias.

Quero complementar também a fala de todos sobre a preocupação com a questão da mudança climática.

Eu venho acompanhando, no território do Jardim Aracati, Cidade Ipava, Vila Gilda, Chácara Flórida, a questão da mudança climática. É uma área de APP, uma área de preservação, mas uma área que vem crescendo muito na questão habitacional. E o que falta é a fiscalização. As pessoas precisam ter onde morar, porém não estão morando com qualidade. Ontem mesmo eu fui acompanhar uma vistoria em uma casa na Sabaúna, na Cidade Ipava, que está interditada pela Defesa Civil, mas as pessoas não têm para onde ir. Inclusive, vi ali um certo deslizamento de terra. Realmente as casas estão em risco, mas as pessoas não têm para onde ir. Para onde elas vão? Vão morar debaixo da ponte? Então, é preciso planejar e ver de que forma essas pessoas vão ser contempladas dentro do orçamento que está vindo cada vez mais forte. Estamos vendo como está a situação das nossas represas.

Eu participo do Abraço Guarapiranga, faço parte do Coletivo T20, também sou conselheiro da UBS do Jardim Aracati e voluntário do Greenpeace.

Temos essas dificuldades climáticas dentro do nosso território, que avança muito e não tem fiscalização. O que vemos é que as pessoas constroem de forma irregular e depois a Prefeitura vai e derruba as casas. Se não pode construir, não deixe construir. Por que a Prefeitura deixa a pessoa construir a sua casa por um, dois, três anos e depois vai lá e derruba? Tem que inibir isso aí, contratar pessoas para fiscalizar. As pessoas precisam ter onde morar, mas têm que morar com dignidade.

Eu faço parte de uma atuação do SOS Vila Gilda, em que estamos limpando a represa na área da “prainha”, e nós vemos que há muitos descartes irregulares. Nós precisamos do apoio ambiental e ajuda das Secretarias e da EMAE. A represa está cheia de mato e de esgoto que vem sendo jogado.

Precisamos do apoio de vocês para que, no próximo evento do Abraço Guarapiranga, sejam abraçados Jardim Aracati, Chácara Flórida, Cidade Ipava, e M’Boi Mirim.

O nosso bairro está sucumbindo. Então, eu peço uma atenção especial nas questões climáticas e um aumento do orçamento para que sejam contemplados os nossos territórios.

E só para deixar enfatizada também a dificuldade que nós temos na construção da elevatória, pela Sabesp, no Jardim Aracati, que não está tendo liberação. Isso está danificando e prejudicando as obras da Secretaria de Mananciais.

Peço que foquem nessa questão para que seja construído esse elevatório na Travessa Rio de Janeiro e realizado o aumento do outro elevatório no Jardim Aracati. Peço o apoio e a colaboração de vocês. Vamos montar uma força-tarefa para que isso aconteça.

Essa é a minha contribuição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Paulo.

Vou chamar de três em três para o pessoal já se preparar para falar. Os próximos serão o Sr. Antônio Ferreira Nascimento, da Comunidade Vila Prudente; o Sr. Gerson Santos

Capistane, assessor CDA-1; e a Sra. Marisa Accioly Rodrigues da Costa Domingues, Gerontologia USP.

O SR. ANTÔNIO FERREIRA NASCIMENTO – Bom dia a todos. Bom dia para vocês que estão realizando a audiência pública.

Estou escutando todas as promessas e toda a execução. Estou vendo vocês falarem aqui e não tem nenhum representante da SP Coopera. Qual é a coisa mais importante? São 33 Subprefeituras e aonde você vai estão jogando os produtos em cima das praças, das beiradas, dos esgotos, vão entupindo tudo.

Qual é o interesse que não está tendo, que eu não estou vendo aqui? É um monte de investimento aqui, só que sobre a coleta seletiva ninguém fala nada. É um monte de representante que foi eleito e não está falando nada. A cidade tem que estar limpa e o Sr. Ricardo Nunes não está botando jeito nessa atividade. É gente que joga lixo em qualquer canto, um querendo brigar com o outro para arranjar problema, outro falando baixaria. Não tem ninguém desta Casa que queira representar essa atividade, como o outro rapaz falou.

O que é importante? Reaproveitar o material reciclável, que gera emprego, e o pessoal ser beneficiado com as pessoas que ajudam. Aí vai lá a Prefeitura e multa. Multa o carroceiro, mas não está ajudando o carroceiro com nada. Para que foi eleito se não está pondo nada em prática? Todo mundo tem que ser ajudado. E quem ajuda esse pessoal que está morando na rua, que é o catador a revés, que trabalha para vender no outro dia, que não tem um banheiro? O Sr. Alexandre de Moraes não deu 120 dias para ter banheiro para o pessoal que fica urinando em qualquer canto? Por que não tomam providências nas questões sociais? É dever de 70 deputados federais, que ninguém sabe falar o que esses caras fazem, e de 94 deputados estaduais, que você vai lá procurar e não sabe o que é que faz, que diz que é dever daqui da Câmara dos Vereadores.

Estou em defesa geral, e não de uma pessoa só não. Aqui ficam disputando todo tipo de coisa, cada um quer defender o seu lado, mas eu estou defendendo o lado da cidade e o lado social em geral.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Antônio.

O próximo é o Sr. Gerson Santos Capistane.

O SR. GERSON SANTOS CAPISTANE – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa, bom dia aos Vereadores e Vereadoras presentes.

Pessoal, eu estou com uma demanda da Zona Sul de São Paulo, em que os moradores do bairro Horizonte Azul e Vera Cruz estão solicitando à Prefeitura um ecoponto e uma reciclagem para as demandas da região.

Gostaria também de pedir ao Secretário do Verde e do Meio Ambiente dar uma atenção exclusiva na Guarapiranga, próximo ao Centro Esportivo Náutico Guarapiranga, onde está tendo muita invasão e demandas demais lá dentro. Estão destruindo a mata verde. A mata verde que nós ainda temos na região já é pouca e estão devastando. Estão jogando esgoto a céu aberto na nossa Guarapiranga. Lá tem um clube maravilhoso, com aproximadamente 850 crianças. Um parlamentar que está hoje na Mesa fez um projeto juntamente com a Secretaria de Esporte para levar para esse bairro um projeto muito bonito, permitindo que muitas crianças façam exercício, como remo, futebol, natação e outros esportes. Conseguimos isso com a Secretaria do Esporte.

Gostaria que todos, inclusive os demais da Prefeitura, dessem apoio e zelassem por esse lugar que está abandonado. Se não fosse o nosso Vereador Silvinho Leite, com os Deputados Alexandre Leite e Miltinho, aquele lugar seria esquecido.

Só isso, pessoal. Um bom dia para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Gerson.

A próxima é a Sra. Marisa Accioly Rodrigues da Costa Domingues. Logo em seguida, o Sr. Lucas do Carmo El Calil; o Sr. Francisco Miguel Filho, e o Sr. Rui Primo.

A SRA. MARISA ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA DOMINGUES – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Vereador. Bom dia, Mesa. Bom dia a todos os presentes e àqueles que nos acompanham de modo remoto.

Fiz uma fala bastante objetiva e protocolei a minha fala com mais detalhes.

Em relação a essa temática, falo sobre aquilo que é uma ameaça à saúde e à vida da população, em especial, das pessoas idosas que residem em Centros de Acolhida Especiais para Pessoas Idosas, os CAEI, equipamento tipificado da área social, assim como dos idosos que residem em Instituições de Longa Permanência, locais esses de abrigo institucional tipificado pela Política Nacional de Assistência Social.

O que eu solicito? Primeiro: as ondas de calor, as enchentes e as interrupções do fornecimento de água e energia podem comprometer a vida de pessoas que dependem de cuidados contínuos, que tem mobilidade reduzida ou convivem com doenças crônicas. Nessas circunstâncias, a falta de planejamento e de investimento público pode transformar um evento climático em uma tragédia evitável.

Por isso, faço uma cobrança objetiva nesta audiência: onde estão os recursos orçamentários destinados a preparar os serviços de acolhimento institucional para enfrentar emergência climática?

Solicito a previsão de recursos específicos para a adequação das edificações, ventilação, conforto térmico, acesso permanente a água potável, áreas sombreadas e proteção contra o calor extremo. Exijo, também, planos de contingência para enchentes, falta de energia e de água, com rotas acessíveis de evacuação, transporte seguro e garantia da continuidade dos cuidados e dos medicamentos, quando isso for necessário.

É indispensável realizar um diagnóstico das vulnerabilidades dos CAEIs, Centros de Acolhida Especial para Idosos, e das ILPIs, Instituições de Longa Permanência para Idosos, para estabelecer prioridades de investimento e definir responsabilidades entre a assistência social, a saúde, a Defesa Civil e as secretarias envolvidas nas mudanças climáticas.

Não basta anunciar medidas. É preciso apresentar orçamento, cronograma, metas e resultados que possam ser fiscalizados pela sociedade e pelos conselhos de direito. A prevenção custa menos do que a omissão. Não podemos aceitar que instituições destinadas à proteção se tornem ambientes de risco por falta de investimento e planejamento. A adaptação climática dos CAEIs e das ILPIs precisa estar prevista no orçamento, com recursos efetivos destinados à

fiscalização permanente.

Nossa reivindicação é clara: a adaptação climática dos serviços de acolhimento para pessoas idosas deve ser incorporada às prioridades do orçamento público, com financiamento efetivo e monitoramento permanente. Proteger as pessoas idosas diante das mudanças climáticas não é favor, nem é um ato facultativo. É responsabilidade do Poder Público, compromisso com os direitos humanos e dever de preservar vidas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. O próximo é o Sr. Lucas Calil.

O SR. LUCAS DO CARMO EL CALIL – Olá. Bom dia a todos. Meu nome é Lucas. Sou assessor da Vereadora Janaina Paschoal. Gostaria, primeiramente, em nome da Vereadora, de cumprimentar a Mesa na pessoa do Sr. Presidente João Ananias. Cumprimento todos os demais Vereadores, os representantes das Secretarias e, é claro, todos os presentes.

Diante da comparação entre o projeto orçamentário de 2027 e o orçamento de 2026, gostaria de trazer brevemente algumas perguntas. No ano de 2026, o orçamento reservado na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para a construção e a implantação de parques urbanos lineares, que é o Código 1702, já era alto, superando os R$ 45 milhões.

Pelos dados que nós temos disponíveis, contudo, até o mês de setembro se liquidaram somente 6% desse valor. Apesar disso, o orçamento para o ano que vem aumentou e, a partir disso, gostaríamos de tentar esclarecer com a Secretaria exatamente quais são os planos nessa área, por que esse valor não teria sido liquidado ao longo do ano e exatamente o que se pretende para o ano que vem – se já temos relação de cronogramas e o que será entregue, enfim.

Também nos chamou a atenção o aumento considerável quanto à manutenção e à operação dos planetários municipais, o que corresponde ao código 2704. Tivemos algum contato com a questão dos planetários no gabinete e gostaríamos de entender se isso decorre de uma percepção de que o orçamento não estava atendendo às demandas ou se decorre de alguma mudança que ocorrerá com relação a esses espaços.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Lucas. O próximo é o Sr. Francisco Miguel Filho.

A SRA. REGINA DIVINA MACHADO – Bom dia. O Sr. Francisco Miguel está ruim da garganta. Então, pediu para que eu falasse no lugar dele. O Sr. Francisco Miguel está como Conselheiro Municipal do Idoso e pertence à zona Leste. Sou Regina Machado, também da Zona Leste, do Fórum do Idoso Mooca.

Primeiramente, quero dar bom-dia para toda a Mesa. Presidente, bom dia. Agradeço à Vereadora Renata Falzoni, que com a sua fala já contemplou muitos dos nossos pedidos.

Agora, vamos a um resumo pequenininho do que a gente precisa. A nossa capital tem, hoje, mais de 2,7 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, das quais 184.539 vivem na extrema vulnerabilidade social, dependentes exclusivamente do Benefício de Prestação Continuada.

A literatura científica e os dados da saúde pública atestam que as mudanças climáticas afetam a população de forma profundamente desigual. A pessoa idosa está na linha de frente de risco. Fisiologicamente, o corpo envelhecido possui menor percepção de sede e menor eficiência no sistema de termorregulação natural, o que transforma picos de calor extremo em gatilhos para desidratação severa, derrame cerebrais, infartos e óbitos. Além disso, nas enchentes e deslizamentos que assolam as periferias, idosos acamados ou com mobilidades reduzidas enfrentam extremas dificuldades de evacuação, além do isolamento e da perda de medicamentos vitais.

Cobramos da Seplan que abandone a visão genérica de planejamento. Uma cidade que não adapta as suas infraestruturas para proteger sua população mais idosa diante dos eventos climáticos extremos falha no seu dever constitucional primário. Requeremos inclusão de métricas e dotação focadas na resiliência longeva no PLOA 2027.

Os demais requerimentos que temos já foram protocolados e, repetindo uma fala que fiz ontem, a coisa nova feita para o idoso não pode ser considerada como despesa. Deve ser

considerada como investimento, porque vai se pagar em dois anos na Secretaria da Saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. Informo que o Vereador Gilberto Nascimento está presente de forma *on-line*. Obrigado pela presença, Vereador.

O próximo será o Sr. Rui Primo, Conselheiro Gestor do Parque Morro Grande. Logo em seguida, serão os Srs. Marcelo Nerling, da USP; Alex Nascimento, munícipe, e Gilberto Souza Macedo, do CPM Lideranças.

O SR. RUI CESAR PRIMO – Bom dia a todos os presentes. Bom dia à Mesa. Vereadores e Vereadoras, sou Rui Primo, do Conselho Gestor do Parque Morro Grande. Sou do Movimento em Defesa do Parque Morro Grande e sou do Coletivo do Corredor Verde Freguesia do Ó/Parque Morro Grande/Brasilândia.

Gente, eu venho de uma região, lá, da Brasilândia, que nos últimos três anos foi considerada, entre 96 distritos, como a região de pior qualidade de vida da nossa cidade. Entre os quesitos analisados estão falta de áreas verdes, baixa arborização, uma drenagem precária e falta de ecopontos.

Hoje venho defender que a Comissão e a Câmara ajudem a Secretaria do Verde. O Secretário citou o Parque Morro Grande. Já está em projeto de desenvolvimento, mas precisamos que se estabeleçam no orçamento recursos para a efetivação desse parque, que vai melhorar essa situação que descrevi, melhorando a qualidade de vida na Vila Brasilândia, o que é tão necessário.

A gente também defende a criação do corredor verde da Freguesia do Ó até a Vila Brasilândia. Não é só nas áreas de classe média, não. Precisamos do corredor verde. Perdemos várias áreas para o mercado imobiliário com a construção de prédios. Precisamos desse corredor verde para criar um corredor para a biodiversidade e para melhorar o calor e a poluição na nossa região. Então, precisamos que a Câmara ajude a Secretaria do Verde nessa questão, também.

Não sei se aqui é o lugar adequado, mas estamos propondo também a criação de uma usina de reciclagem, uma cooperativa, na Vila Brasilândia. Lá, a gente tem muito descarte

de resíduos irregulares e poderia aproveitar essa questão no sentido de emprego, renda e economia solidária. As pessoas de lá poderiam tratar esses resíduos sólidos, criando um ambiente melhor para as pessoas, bem como uma economia saudável para todos os moradores da nossa Brasilândia. A gente defende uma cidade melhor, a preservação para toda a região, mas pinte o seu quintal e serás universal. Então, estamos precisando disso, com prioridade, na Vila Brasilândia. Contamos com a Câmara Municipal para ajudar a Secretaria na implementação dessas políticas que irão melhorar a vida das pessoas carentes. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

O próximo é o Marcelo Nering. Depois, o Alex Nascimento e o Gilberto Souza Macedo.

A SRA. SUZANA GUINSBURG SALDANHA – Oi, só quero falar que não estou conseguindo colocar coisas no *chat* e que há pessoas inscritas de forma *on-line* que não estão conseguindo entrar.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Na verdade, já as chamamos, então já passou o período de fala delas. Nós chamamos quem estivesse presente *on-line*. Chamamos só quem estava *on-line* mesmo.

A SRA. SUZANA GUINSBURG SALDANHA – É, mas a audiência continua. Se elas conseguirem entrar... Foi algum problema técnico. De dez inscritos, só três conseguiram entrar.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Mas nós chamamos. Se não está presente, tem gente para falar presencialmente e temos que respeitar a presença do povo.

Por favor, Marcelo.

O SR. MARCELO NERING – Bom dia a todos e a todas. O que menos se quer nesta Casa é ouvir o povo, a bem da verdade. Há 36 anos, já cumpridos, o art. 9º da Lei Orgânica do Município determinou que se criasse uma lei para regulamentar as audiências públicas nesta Casa. Até hoje, essa lei não foi criada pelos legisladores desta Casa e pelo menos quatro ou cinco legislaturas se passaram. Isso mostra claramente a traição da democracia representativa em relação à democracia participativa, à democracia direta da população. O único momento em

que temos janela de abertura para manifestação é o momento da audiência pública. Ainda assim, vemos a castração e o descumprimento dos arts. 85 e 86 do Regimento Interno, que legislam em particular sobre as audiências públicas para as matérias propositivas do art. 41 do Regimento Interno, entre elas, as leis especiais, a matéria orçamentária.

Para começo de conversa, então, isto é aquilo que Samuel Godoy – parece que atualmente ele é o Subsecretário de Educação do município – definiu em sua tese de doutorado na FFLCH. Ele diz claramente que essas audiências públicas são uma brincadeirinha. Isso é uma grande farsa. Peguem o parágrafo segundo do art. 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias e vocês irão ouvir todas as falas da audiência pública da LDO sendo incorporadas ao texto substitutivo da lei e depois vetadas, *in totum*, pelo Executivo. Joga-se tudo no lixo de uma só vez, em um grande conluio entre Executivo e Legislativo.

Para reforçar, o que vim dizer, como professor de Direito Financeiro, é que as peças orçamentárias, a estrutura e a forma do Orçamento de São Paulo não servem para ensinar, não são pedagógicas. Não são pedagógicas como eu ensino Direito Financeiro, não são pedagógicas porque não cumprem a Constituição nem a Lei 4.320/64, em especial os anexos desta lei. Basta olhar. Quem sabe a Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência vai ali – falei semana passada em Vinhedo –, quem sabe possamos aprender com Vinhedo, cujo orçamento está dentro das regras legais. Quem sabe vocês fazem um cursinho intensivo lá para aprender como se faz um orçamento à luz da Lei 4.320, da Lei Complementar 101 e, especialmente, da Portaria 163/2001, cujo descumprimento os arts. 39 e 40 da LDO disfarçam quando autorizam o não cumprimento de uma norma geral orçamentária exigida desde 2011 e que não se cumpre com o apoio do Legislativo em conluio.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

O SR. MARCELO NERING – Concluo.

Em relação ao orçamento do clima, é importante destacar que temos duas Secretarias: uma Secretaria do Clima e uma Secretaria de Meio Ambiente. A Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas veio aqui, falou, foi embora e não entendeu que isto é uma

audiência pública, ou seja, que quem tem que dar audiência são as autoridades. Isso mostra claramente o tratamento que nos é dispensado.

Além disso, o Secretário me diz, pela segunda vez nesta Casa, que temos um orçamento zero. Então, o orçamento não cumpre a Lei 4.320, porque o orçamento é funcional e programático. No caso, não é nem funcional nem programático.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

O SR. MARCELO NERING – *Ok*. Aí, destaco que a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente tinha R$ 780 bilhões, e só vai ter R$ 820 milhões, ou seja, temos duas Secretarias e o dinheiro do orçamento dessa Secretaria é menos de um bilhão de reais. E temos R$ 40 bilhões de isenção.

Agora concluo, Sr. Presidente. É importante destacar que a Defensoria Pública acionou o Poder Executivo na Justiça – esse é o esclarecimento que gostaria de ouvir – por conta de um contrato de R$ 7,8 bilhões. São R$ 7,4 bilhões, para ser mais preciso. Comparem R$ 7,4 bilhões com essa mixórdia que é o orçamento de R$ 830 milhões. Firmou-se, então, um contrato de R$ 7,4 bilhões que viola um decreto municipal para a compra de dois incineradores. Um deve ser colocado em São Mateus e outro em Perus. A professora Francisca – a Tita –, da Sustexmoda, tem um projeto na Secretaria e vem lutando há mais de uma década para ter uma central de transbordo para recolher o lixo da Vila Maria Baixa, que é o resíduo têxtil que produzimos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

O SR. MARCELO NERING – Nós concluímos com nenhum bilhão de reais. Por favor, será que a Secretaria pode esclarecer por que faz um contrato de R$ 7,4 bilhões contra a lei e destina nenhum bilhão de reais para o meio ambiente? Alguém está passando a conversa em alguém.

Ouçam, senhores da audiência pública: o povo está dizendo o seu drama e é o único momento que vocês têm. Só se mantém do jeito que se mantém pelo conluio desse Legislativo vexatório, que não quer ouvir a população e quer saber do povo só para voto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Marcelo.

Os próximos são o Alex Nascimento e o Gilberto Souza Macedo.

O SR. ALEX NASCIMENTO – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, todos os Parlamentares e autoridades presentes. Meu nome é Alex Nascimento, sou ciclista e minha demanda é para a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte.

Eu gostaria de saber como são avaliadas as vistorias para a implantação de ciclovias ou ciclofaixas, pois por alguns lugares ninguém passa e em outros lugares em que são necessárias, não existe. Vou citar dois exemplos.

O primeiro exemplo: sou morador do Fundão, na Zona Sul, no Capão Redondo. No Fundão da Zona Sul, começa uma ciclofaixa ou ciclovia na Avenida – o nome é meio complicado – Professor Doutor Telêmaco Hippolyto de Macedo Van Langendonck, que passa em frente ao metrô Capão Redondo e prossegue pela Avenida Carlos Caldeira Filho. Essa ciclovia começa nessa avenida que acabei de falar e termina no metrô Campo Limpo. E não há continuação. Nós, ciclistas, por diversas vezes, corremos risco ao pedalar na via pública. Gostaria de saber sobre uma conversa de que seria feita uma extensão embaixo da linha lilás do metrô para essa ciclovia chegar até a Ponte João Dias, que encontra o Parque Bruno Covas. Esse é o primeiro exemplo.

O segundo exemplo: existe uma ciclofaixa no Jardim São Luís que começa na Avenida Agostinho Rubin; há um trecho de 625 metros de ciclofaixa; aí, na Avenida Cândido José Xavier, há um trecho sem ciclovia. É tudo continuação, mas são 700 metros sem a ciclofaixa. Não sei por que não há essa continuação. Talvez porque exista uma comunidade lá e não deixaram fazê-la. Então, a ciclofaixa começa, para e recomeça na Avenida Antônio Ramos Rosa, e vai até o Cemitério São Luiz. Vai de nenhum lugar para lugar nenhum. Não tem uso para nós que somos ciclistas. Isso acaba atrapalhando os comerciantes do bairro da região, pelos quais fomos procurados e, com o abaixo-assinado deles, protocolamos o estudo da remoção dessa ciclofaixa junto ao gabinete do Vereador Silvinho Leite.

Então, essas seriam as minhas demandas. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Alex.

O próximo é o Gilberto. Logo em seguida, o Marcelo Siqueira, do CPM Lideranças, e o Almir Matos.

O SR. GILBERTO SOUZA MACEDO – Bom dia a todos. Minhas saudações aos representantes do Poder Público, aos Vereadores e aos cidadãos presentes. Sou Gilberto Macedo, membro do CPM Lideranças e cidadão que acredita que a participação nas audiências públicas não é apenas ouvir apresentações, mas também perguntar, fiscalizar e cobrar respostas.

Estamos discutindo um Orçamento na cidade que prevê um valor de R$ 146,5 bilhões para 2027. A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente tem uma previsão de R$ 772 milhões, enquanto a Secretaria de Mobilidade Urbana e Transporte, R$ 14 milhões.

Diante desses números, quero fazer algumas perguntas objetivas: Primeira: quanto será efetivamente investido na prevenção das enchentes e alagamentos, e quais os bairros receberão essas obras? Segunda: quantas árvores serão plantadas e cuidadas em 2027, principalmente nas regiões periféricas, que sofrem com o calor e a falta de áreas verdes? Terceira: dos R$ 14 bilhões previstos para a mobilidade, quanto será destinada à medida que contribui efetivamente para reduzir a poluição e as emissões de gases do efeito estufa? Quarta: onde está o demonstrativo dos investimentos climáticos para a Subprefeitura? Como o cidadão poderá saber quanto será aplicado em seu território, efetivamente nas Subprefeituras, e quais resultados serão entregues?

Não podemos tratar mudanças climáticas como um assunto distante da população. Ela está nas enchentes que invadem as casas, nas ruas sem árvores, no calor que afeta principalmente a vulnerabilidade das dificuldades enfrentadas diariamente pelos moradores da periferia. O orçamento público precisa sair do papel e chegar na vida das pessoas.

A minha voz pode ser do único cidadão, mas as perguntas que faço dizem respeito a milhares de pessoas que precisam ser ouvidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

Agora os Srs. Marcelo Siqueira e Almir Matos.

O SR. MARCELO SIQUEIRA MOREIRA – Bom dia a todos.

Sou Marcelo Siqueira Moreira, representante também do CPM e Lideranças SP.

Na última audiência pública, que estive, questionei a ausência da Secretaria da Casa Civil e, também, do Tribunal de Contas do Município, perguntando se esses órgãos haviam sido convidados.

A Casa Civil tem um papel importante na ligação entre a Prefeitura, a Câmara Municipal e a população. Já o TCM tem a função de fiscalizar o uso do dinheiro público. Por isso, protocolei um pedido ao Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, o nobre Vereador João Ananias, solicitando que esses órgãos sejam convidados para as próximas audiências, querendo mais transparência, fiscalização e participação popular.

Quero falar agora de dois assuntos que afetam diretamente a vida do nosso povo, que são as enchentes e as proteções de área verde.

Primeiro, para o Sr. Secretário José Renato, que está presente: Sobre o clima e as enchentes vamos fazer essa pergunta: quando chove forte, muitas famílias perdem móveis, casas e tudo o que conquistam com muito sacrifício. Por isso, precisamos saber quanto dinheiro está previsto no orçamento de 2027 para prevenir enchentes, melhorar drenagens, recuperar córregos, proteger áreas de risco e atender as vítimas de desastres naturais. Não podemos esperar a tragédia acontecer para depois agir. Precisamos de prevenção, de planejamento e de investimentos nas regiões que mais sofrem.

Agora, a segunda pergunta vai para o Sr. Secretário Wanderley de Abreu Soares Junior, que também está aqui, sobre áreas verdes: defendo que a Prefeitura realize estudos sérios para conhecer a realidade das famílias que vivem em chácaras, em outros territórios com vegetação, especialmente nas regiões periféricas. Precisamos identificar quem mora nesses locais, quais são as condições de moradia, onde existem nascentes, mananciais, áreas de mata que precisam ser protegidas e quais soluções são possíveis dentro da lei.

Minha proposta é que a Prefeitura construa um plano de ação para essas áreas, com estudos técnicos, com a participação dos moradores e diálogo com os órgãos ambientais e de habitação.

Não podemos tratar todas as situações da mesma maneira. Precisamos combater desmatamentos, poluição, destruição das nascentes, mas também buscar alternativas para os que estão morando dentro desses locais, evitando decisões sem conhecer a realidade de cada território.

Essa discussão precisa entrar no planejamento e no Orçamento municipal, com metas, recursos e acompanhamento da população.

A pergunta é, concluindo, Sr. Presidente: quais os recursos e as ações concretas que a Prefeitura está prevendo para prevenir enchentes e proteger nossas áreas verdes, sem ignorar a realidade das comunidades?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

O SR ALMIR MATOS – Bom dia a todos. Sou Almir Matos, morador da Freguesia do Ó/Brasilândia.

Dou meu primeiro bom dia ao Exmo. Sr. Vereador Silvinho Leite, para o qual enviamos algumas sugestões de como mitigar um problema que todos nós, aqui, de São Paulo, passamos toda vez que um evento climático bem desastroso ocorre.

É uma sugestão que gostaríamos que fosse utilizada para diminuir os gargalos e os prejuízos que ocorrem toda vez que cai a energia elétrica, em São Paulo, decorrente dos problemas climáticos.

Coloquei um nome bonitinho, mas depois vocês avaliarão tudo e discutirão.

O objetivo é instituir um programa de resiliência climática viária e segurança semafórica na cidade de São Paulo.

Como é do conhecimento público, nossa capital tem enfrentado com frequência alarmantes impactos das mudanças climáticas. Grandes tempestades, acompanhadas de fortes

rajadas de vento, rotineiramente, colapsam a rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública. Esse cenário deixa centenas de cruzamentos e semáforos completamente apagados de uma forma simultânea. Não é só uma rua ou uma avenida. O travamento decorrente da falta de sinalização gera um impacto socioeconômico devastador, estimado em perdas de produtividade e desperdício de combustível na ordem de bilhões de reais por ano, além de elevar exponencialmente o risco de sinistros e de atropelamentos, colocando a vida dos paulistanos em perigo.

Essa proposta, acredito, resolve o gargalo por meio de uma abordagem segura tecnologicamente, que é a implementação de um sistema híbrido energético semafórico, utilizando painéis solares fotovoltaicos de última geração, que inclusive gera energia, mesmo com baixa luminosidade, e baterias de lítio, de longa vida, que garante a comutação automática e instantânea em torno de 20 segundos para a energia autônoma. Assim que cai a energia da rua, o sistema entra em funcionamento no mesmo momento.

Existem alguns estudos técnicos, e também pesquisei outras cidades do Brasil, que algumas cidades já implementaram e criaram essas leis, promovendo isso ao redor do mundo.

A minha pergunta, não é bem uma pergunta, mas como o sistema se paga de uma forma bem rápida pelo custo de implantação e pelas perdas ocorridas, venho pedir que seja incluída no orçamento uma verba para testar a ideia desse sistema através da Secretaria de e verificar a utilização disso, na prática, em grandes avenidas, mas, em princípio, em pequenos locais para verificar a eficácia disso.

Então, conclamo o apoio total do Vereador Silvinho, que tenho certeza de que, com os pares da Câmara Municipal, vão implantar a lei ou vão discutir uma ideia e transformar em lei para que, nos próximos eventos climáticos que vão ocorrer – disso a gente não tem dúvida, baseado no El Niño –, que essa ideia venha a mitigar esses problemas que estamos tendo na cidade de São Paulo.

Conto com o apoio de vocês, Vereadores, Secretário. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Almir. A próxima é a Claudia

Oliveira, do CAPS Butantã. Depois, a Jaine Pacheco, munícipe, e o Fábio Lúcio Sanches.

A SRA. CLAUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA – Bom dia. Eu sou conselheira no CAPS Adulto Butantã e também no Ponto de Economia Solidária. Por que eu quis ser conselheira no Ponto de Economia Solidária? Porque temos objetivos de desenvolvimento sustentável e visamos à sustentabilidade do próprio ser e à defesa do meio ambiente.

Então, por isso eu defendo à risca a abertura e consolidação de políticas públicas contínuas e com o mérito do projeto de reinserção e reabilitação psicossocial da Portaria da Secretaria Municipal de Saúde nº 1.707, de 2016, que institui o Ponto de Economia Solidária, comércio justo, cooperativismo social e cultura do Butantã e estabelece diretrizes para o seu funcionamento.

Considerando a Portaria 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para ampliação, diversificação e articulação de pontos de atenção à saúde mental que busquem a promoção da inclusão social das pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool, outras drogas ou superdosagem de medicamentos. Vou ler os arts. 2º e 3º.

"Art. 2º: para os efeitos desta portaria, consideram-se compatíveis com o conceito de economia solidária as atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, tendo por base os princípios da autogestão e cooperação, a solidariedade, aa gestão democrática e participativa e a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente, a valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, conforme estabelecido no Decreto nº 56.884, de 21 de março de 2016.

Art. 3º: o Ponto de Economia Solidária deverá integrar a Rede de Atenção Psicossocial Oeste, objetivando ampliar oportunidades para que usuários dos pontos de atenção psicossocial tenham acesso à inserção em atividades produtivas e se tornem trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários. E tem por atribuições desenvolver atividades para

difusão de princípios e diretrizes da economia solidária e comércio justo através de cursos, palestras, feiras, entre outros."

O ITCP, Incubadora de Cooperativas Populares da USP - Universidade de São Paulo, nos inclui mensalmente na feira agroecológica no CRUSP da USP e na Faculdade de Saúde Pública, pois o projeto do Ponto de Economia Solidária foi concebido pela Rede de Saúde Mental e Economia Solidária Oeste, que reúne iniciativas de trabalho e renda em serviços de saúde mental em parceria com o ITCP, em apresentação à gestão pública de 2013. Apoio a fala do Mestre Nering, da Escola do Parlamento, porque incineradores são um retrocesso, agridem o meio ambiente e agridem todos os seres vivos que estão nessas regiões.

Obrigado por assistirem até agora. Estamos juntos, grande família.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Claudia.

A próxima é a Jaine Pacheco e, após, será o Fábio Lúcio Sanches.

A SRA. JAINE PACHECO DOS SANTOS – Bom dia a todos. Meu nome é Jaine Pacheco. Bom dia ao Presidente, a todos os representantes desta Casa, a todos os munícipes. Eu represento a Associação Semeando Ideias e represento a Sra. Maria Aparecida, moradora do bairro Vale das Virtudes há mais de 30 anos, que começou, no ano de 2020, um projeto muito bonito na Rua Francisco da Cruz Melão, 248, próximo ao Shopping Campo Limpo.

A gente começou um projeto numa área degradada por mais de 20 anos. É um ponto viciado de descarte ilegal de lixo. Ela, como cidadã, começou a limpar essa área, regenerou toda a área. Hoje é uma horta produtiva de alimento orgânico. A gente tem projetos de educação ambiental. Participamos de feiras agroecológicas, fazemos parte da Rede Quebrada Orgânica, que é uma rede de hortas. Faço parte como membro da associação, como Presidente da Associação do Conselho Gestor de Agricultura, fazemos parte do Sampa+Rural e estamos há quatro ou cinco anos anualmente com colaboradores do POT, do qual participamos também.

Bem, já contamos o nosso caso para o Vereador Silvinho, que vem nos orientando e nos auxiliando. Inclusive, agradecemos ao Vereador, que tem nos auxiliado. E estamos hoje aqui com a seguinte questão: estamos localizados nessa área, realizando esse trabalho que ajuda a

comunidade, que preserva o meio ambiente, que regenerou uma área degradada por mais de 20 anos. Nosso projeto tem um alto potencial numa crise climática, de resiliência climática, de educação ambiental, de preservação do meio ambiente, e estamos localizados numa área de implantação do Parque Horto do Ipê.

A nossa pergunta hoje é especificamente para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que é responsável pela implantação do parque. Como está previsto para ser implantado a partir do dia 13 de novembro, segundo a informação que nós temos, gostaríamos de solicitar uma reunião para saber como seremos atingidos ou como seremos protegidos, já que nós estamos preservando, no contexto do parque.

Gostaríamos, além de solicitar essa reunião, também solicitar uma reunião pública com os moradores que vão ser atingidos pela implantação do parque, e gostaríamos de saber como podemos trabalhar juntos. Porque, na verdade, se estamos preservando essa área há seis anos, se o nosso projeto cresceu e está captando recurso, está gerando renda, há todo esse impacto positivo de ajudar o meio ambiente, eu acho que a gente tem muito o que trabalhar juntos e podemos contribuir para a implantação do parque.

Somos moradores dessa região há mais de 30 anos e temos um trabalho comunitário com a Associação Semeando Ideias, que vem ajudando desde crianças a idosos, assim como todas as UBS e escolas. Estamos trabalhando com todos os órgãos possíveis.

Agradeço pela atenção de vocês. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Jaine.

Eu vou abrir a fala para a Vereadora Marina Bragante, que, acho, vai precisar sair.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Obrigada, Presidente. Bom dia.

Primeiro, quero pedir desculpa para as próximas três pessoas que vão falar, porque não vou conseguir ficar para escutá-las.

Dividi minha fala em três momentos. O primeiro é falar da alegria de ter tanta gente que veio para esta audiência para falar sobre emergência climática, para reconhecer a relevância das árvores, de pensar, de trabalhar contra o incinerador, de reconhecer que a cidade precisa

ter mais drenagem, que a cidade precisa ter mais ônibus elétricos, assim como também mais linhas de ônibus. Então, estou feliz de ver essa audiência com tanta gente. Obrigada pela presença de vocês.

Eu também, professora, acho que a audiência pública é absolutamente relevante. Toda vez quero escutar antes de falar, porque entendo que este é o nosso papel aqui: poder escutar. E então como discutimos o Orçamento a partir do que a população traz e do que a Prefeitura apresenta em cima do que a Prefeitura apresenta.

Quero reconhecer o papel do Clodoaldo, que sei, escutei, que ele foi bastante relevante para podermos criar o orçamento climático da cidade, reconhecer os servidores públicos. Eu tenho um profundo respeito pelos servidores públicos, e hoje é o dia de todos vocês, de todos nós, somos também, apesar de não sermos de carreira. E acho que aqui o que a gente tem é uma divisão de que cidade queremos.

A cidade, que está posta no Orçamento, que, por exemplo, reconhece coleta, varrição, engenharia de tráfego como orçamento climático, sem que isso, no meu entendimento, esteja direcionado ou para mitigar ou para adaptar a cidade. Ou uma cidade que pensa, como a Suzana falou, na serrapilheira, porque se a varrição está no orçamento climático, ela precisa ser feita de uma forma que ajude a adaptar a cidade, que melhore o cuidado e preserve o meio ambiente da nossa cidade.

Acho que aqui tem um debate: uma cidade que propõe dois incineradores ou uma cidade que vai investir nos catadores, que entende que o resíduo é um desafio. Eu não acho que é facilmente resolvido. É um desafio, mas como vai ser enfrentado? Com investimento em campanha, para que a gente melhore a relação com os resíduos e não os entenda como lixo, e não jogue na rua, não jogue errado, não desperdice, não consuma tanto. Isso depende de uma transformação cultural em que a Prefeitura é também, não é a única, mas é também responsável.

E, para isso, o recurso para a campanha, para explicar quando passa a coleta seletiva, como é que faz, como é que faz na rua. Não tem a papeleira, que é aquela lixeirinha que sempre está quebrada na rua? Ela chama papeleira porque é para jogar papel, mas as

pessoas... têm resíduos na rua. Então, onde a gente põe resíduo reciclável? Esse aqui vai nesse lugar, esse vai naquele lugar. Como é que a gente transforma a relação da nossa cidade com os resíduos? Isso faz parte de uma cidade que entende as mudanças climáticas e a emergência climática.

Além disso, acho que já foi falado aqui sobre o El Niño, que é agora, mas será daqui a pouco também. E a gente já sabe quais serão os impactos. A gente já viveu há duas, três semanas e São Paulo não respondeu direito. Então, o orçamento climático precisa refletir sobre isso.

E aí tem uma fala do Prefeito sobre os ônibus elétricos, falando que esse é um investimento que se paga. Se paga no médio e longo prazo, no impacto na saúde, na cidade, se paga por causa da mitigação, se paga no sentido de que é um bom investimento. Então, eu queria fazer um apelo para o Relator Marcelo Messias, nobre Vereador, que a gente possa investir mais em ônibus elétricos. Porque, se a gente for cumprir a meta que a gente quase já cumpriu, e daí fala: bom, mas já cumpriu a meta. Então a gente precisa cumprir mais, a meta não foi boa, a meta precisa ser maior, porque isso tem um impacto muito significativo em São Paulo, e no mundo inteiro, porque as coisas estão conectadas.

Eu tenho aqui alguns pontos críticos de fragilidades metodológicas do orçamento. E isso para mim é muito relevante, porque se a gente vai investir em ter um orçamento climático e a gente quer falar sobre isso, quer falar que a cidade de São Paulo tem um compromisso e tem um orçamento climático, ele precisa efetivamente estar pautado em saber se essa ação mitiga a emissão de carbono ou se ela adapta a cidade. E eu não acho que a gente está fazendo isso ainda.

Então, entendendo a partir da fala do Secretário Nalini, que ainda é uma experiência, eu queria contribuir. Vou falar rapidinho, vou terminar, não vou fazer todas as minhas 200 perguntas, vou encaminhar todas elas. E aí, só pegando de novo o gancho no que a nossa colega Renata falou, se efetivamente 60% da nossa emissão de carbono vem do transporte, de novo a gente precisa ter aqui o entendimento do que significa isso. Porque, quando a gente fala

que obras viárias são contadas como mitigação. E aí é ponte, viaduto, alça, intervenção no sistema viário, a gente precisa ter a Prefeitura declarando como é que isso transfere. Como é que isso efetivamente mitiga carbono, e não melhora o trânsito, mais gente venha de carro na rua, que é um investimento que a cidade fez nos últimos muitos anos.

Portanto, se mobilidade é importante, além de ter ônibus elétricos, a gente precisa ter mais ônibus, a gente precisa ter linhas entre os bairros e dos bairros para o Centro. A gente precisa investir em passe livre, por exemplo, para esta cidade. E essa é uma discussão que a cidade ainda não está fazendo.

Eu tenho muitas perguntas, vou encaminhar todas elas. Só queria reforçar, então, que o orçamento climático é técnico, mas é também político, porque ele demonstra o compromisso público e político de para onde o recurso está indo. E nesse aqui, a gente ainda está muito fragilizado com relação ao compromisso da cidade para mitigar, adaptar e proteger a população, principalmente a periférica.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereadora. Informo que hoje não abriremos a nossa reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento, tendo em vista a falta de quórum. Então, infelizmente, hoje não tivemos quórum para abrir a nossa reunião da Comissão de Finanças e Orçamento.

Vamos voltar para a nossa audiência pública.

O próximo é o Fábio Lúcio Sanches, depois a Jeanne Barros, assessora do Vereador Silvinho Leite e a Rosangela Souza, do CPM Campo Limpo.

O SR. FÁBIO LÚCIO SANCHES – Bom dia a todos. Eu quero, em nome do Fórum Verde Permanente, cumprimentar a Prefeitura por ter aberto uma audiência pública específica para discutir as questões ambientais, ao contrário dos anos anteriores. Estão de parabéns por isso. Quero agradecer aos valorosos funcionários da Secretaria de Meio Ambiente que aqui estão.

E quero falar do compromisso e da responsabilidade enorme que vocês têm em um

momento em que a gente fala de emergências climáticas, um momento tão importante para... (Falha na transmissão).

Ao mesmo tempo, eu gostaria de lamentar, Secretário Wanderley, que em um momento de emergência climática, em uma Secretaria tão importante como essa, nós estamos aqui empenhados em aumentar, e muito, o dinheiro à sua disposição para o seu trabalho. A gente lê o mesmo documento, o Orçamento, mas lemos números diferentes, porque a gente tem acompanhado há muitos anos o orçamento municipal e temos constatado que ele não levanta voo além de meio por cento do orçamento do município. Meio por cento, 0,5% do Orçamento do município, não aumenta há muitos anos. Então, em tempos de emergência climática, isso não se justifica.

É extremamente necessário aumentar o valor destinado à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para vários programas. Não temos tempo aqui para falar tudo o que observamos, mas eu gostaria de chamar a atenção para algumas questões. Por exemplo, os parques urbanos. A operação de parques urbanos caiu em 2026, de R$ 54,4 milhões para R$ 39,8 milhões, incluindo requalificação.

Isso nos preocupa, porque o senhor exibiu aqui alguns parques que serão requalificados e notamos algumas lacunas. Por exemplo, o Parque da Aclimação, gostaria que o senhor se posicionasse sobre como está, porque ali é prometida a requalificação para os próximos anos. Fui consultar a Tamires, obrigado pela informação, ela disse que em novembro haverá alguma novidade, mas eu gostaria que o senhor me informasse exatamente o que é.

A questão da fiscalização, que já foi apontada pelo Fórum Verde, de R$ 59 mil para R$ 19 mil. Para a fiscalização em São Paulo, R$ 19 mil é menos que uma multa, Secretário. Então, hoje, em tempos de tecnologia tão avançada, imagine que haja muito o que se ocupar dessa área.

A arborização aumentou. Parabéns à Secretaria, cresceu o orçamento de arborização em mais de 20 milhões, mas é necessário zelar pela qualidade, porque as podas na cidade são muito malfeitas. Há uma permissão, é permitido à Enel, de forma muito liberalizante,

fazer podas muito malfeitas, Secretário, não há respeito à serrapilheira. Então, acho que talvez falte fiscalização. E, nesse sentido, é importante pensar essa questão da fiscalização com mais empenho. Essas questões de recursos são extremamente importantes, e é também necessário zelar pela qualidade desse trabalho que está sendo feito.

Então, a cidade de São Paulo necessita não só da manutenção desse trabalho, e esses valores que diminuem nos preocupam, mas de novas unidades de conservação. Nesse sentido, nos preocupa muito o valor de unidades de conservação, que caiu de R$ 70,2 milhões este ano, para R$ 6,7 milhões na implantação de unidades de conservação, de R$ 70,2 milhões para R$ 6,7 no ano que vem.

Gostaria que o senhor também se posicionasse com relação a isso e quero dar os parabéns e desejar boa sorte na missão de vocês que não é pequena numa cidade como São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Fábio.

A próxima é a Jeanne Maria Barros; em seguida, Rosangela Souza.

A SRA. JEANNE MARIA BARROS – Bom dia a todos. Saúdo todos os presentes e, na pessoa do nosso Vereador Silvinho Leite, saúdo os servidores públicos, os nossos agradecimentos pela dedicação em servir a nossa sociedade do nosso Brasil.

Eu solicito a ampliação e a fiscalização nas nossas represas da cidade de São Paulo, pois a gente vê muitos indivíduos, infelizmente, descartando irregularmente os seus entulhos. Inclusive, até os seus animais depois de mortos. A gente precisa de uma fiscalização mais urgente, mais precisa e mais presente.

As nossas subprefeituras da cidade de São Paulo – a gente acompanha – realizam seus plantios, pela questão climática e nosso futuro, o nosso planeta pede socorro, mas, infelizmente, a gente acompanha a nossa população que não tem cuidado desse plantio. A nossa população ainda entende que o Governo tem que continuar o pós-cuidado, mas todos nós temos que fazer esses cuidados junto ao nosso Governo. Não adianta só a Subprefeitura plantar se a nossa sociedade não consegue sequer colocar uma água naquela plantinha que é o futuro da

cidade.

Solicito, também, ciclovias na extensão da Avenida Guarapiranga, porque os nossos ciclistas disputam com os automóveis de pequenos e grande portes sem nenhuma proteção; ampliação dos ecopontos, para que fiquem mais próximos das nossas quebradas. Existem, sim, ecopontos, porém, ainda são poucos;

Sobre a nossa mobilidade urbana: na época em que eu trabalhava no Mappin, saía do Terminal Santo Amaro uma linha expressa, sem parar em nenhum ponto na Marginal. Essa linha não existe mais. Não sei se seria ainda possível retornar essa linha expressa, para que a população evitasse o trânsito e chegasse mais cedo nos seus trabalhos.

A nossa moradora da quebrada tem voz. Nós estamos aqui pela quebrada. A moradora Sra. Catarina, do Mercado Família, me comunicou que havia a linha 6008/10 Planalto Terminal Santo Amaro; existe um ponto de ônibus na Avenida Hungria, altura do nº 32, porém, há três anos não existe mais essa linha; há somente o ponto de ônibus: Avenida Hungria, altura dos nºs 370 a 500.

Comunicamos ao nosso Vereador Silvinho Leite e à GRE do Departamento da Ação Social, DAS, ao Sr. Sidney Fialho, que muito urgente atendeu o nosso pedido de mão única para que esse transporte público chegasse mais rápido.

Agradeço ao Sidney, conhecido como Nei, nessa mão única, porque a população fez o abaixo-assinado, e foi muito rápido o seu atendimento. Gratidão ao gabinete do Vereador Silvinho Leite.

Na nossa Unidade Básica do Jardim Souza, nós não temos um transporte público. Infelizmente, neste ano foi assaltado o nosso serviço público. Foram roubados três automóveis. Foi roubo. Levaram seus automóveis. Eles não têm um estacionamento nem o transporte público para chegar na nossa Unidade Básica do Sousa, na Rua Maria José de Souza. Precisamos urgente desse transporte.

Sobre a UBS Jardim das Gaivotas, Rua Passagem D, s/nº, moradores nos procuraram porque também não têm um transporte público para chegar. Não há mobilidade

urbana.

Na Rua Humberto Almeida, altura do nº 8, a moradora Sra. Cida procurou o gabinete também do Vereador Silvinho Leite em busca de um abrigo do sol e da chuva.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Jeanne, concluindo. Já passou do período.

A SRA. JEANNE MARIA BARROS – Só um minutinho, só a última. E o Figueira Grande solicitou ao gabinete do Vereador Silvinho Leite, e o Conselho Gestor também, um abrigo na Rua Daniel Klein, na UBS Figueira Grande.

Gratidão pelo apoio e pela oportunidade. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Jeanne.

A próxima é a Rosangela Souza.

A SRA. ROSANGELA SOUZA - Bom dia a todos, à Mesa, ao público presente.

Sou Rosangela Souza, da região do Campo Limpo, do CPM, do CADES e participo de vários conselhos.

Primeiramente, quero registrar a importância da pauta ambiental. A gente deveria estar aqui com todas as Secretarias, pois a pauta ambiental deveria envolver todas, mas eu sinto falta da SMSUB e da SIURB, porque precisamos falar de áreas de risco, de drenagem, do papel da SMSUB também na arborização urbana, na limpeza pública, nos pátios de compostagem. Não dá para separar o tema. Deveriam ter sido convidadas.

A Ação 2705, de SMSUB fala, justamente, sobre manutenção e operação de áreas verdes e vegetação arbórea. É uma meta extremamente importante, por isso deveriam estar aqui.

Falando, agora, da Secretaria do Verde, a Ação 6655, de promoção de arborização urbana, teve um aumento significativo também. Parabenizo, pego a fala do Fabio, foi muito importante, mas existe uma preocupação que eu quero ressaltar sempre em relação à regionalização.

Quando a gente abre o detalhamento, o mesmo valor de R$ 750 mil está distribuído entre as 32 Subprefeituras, cada uma recebendo, mas essa não é uma realidade do território. A

gente tem que olhar o território de uma forma diferenciada, não de forma quantitativa, de forma qualitativa. Uma realidade numa área nobre é muito diferente de uma periferia. Não dá para a gente falar que o papel da arborização é igual. Então, por exemplo, no manual de arborização da cidade, arborizar uma região ordenada é muito diferente de tentar arborizar uma periferia, uma área com ocupação irregular. Não dá.

Então, a gente tem que começar a olhar o território de forma diferenciada, e eu queria muito entender como está essa regionalização desta meta, desta Ação 6655.

Vou citar, também, a Ação 669 – me esqueci do número -, mas trata de educação ambiental. O nosso Plano de Metas está tímido: em torno de R$ 250 mil para trabalhar a educação ambiental. É pouco para quatro anos.

Quando se abre o detalhamento, vemos algumas diferenças. A maioria das Subs têm um valor de 2.210 – gente, é referência, nada contra nenhuma Sub aqui. Peguei referências: Butantã, R$ 396 mil; Vila Mariana, R$ 4 milhões; São Mateus, R$ 344 mil. Eu queria entender: por que essa diferença no detalhamento? Então, fica uma pergunta.

Por fim, também têm outras ações, mas não vai dar tempo aqui de comentar. Eu vou formalizar à Secretário e encaminhar.

Mas, para finalizar, em toda Subprefeitura hoje deveria haver um pátio de compostagem, uma cooperativa por distrito; deveríamos ter um viveiro em cada região. Cada subprefeitura precisa gerir tudo; toda a sua manutenção tem que ser local. Não dá para termos cinco pátios de compostagem na cidade. Não dá para Campo Limpo, com 700 mil habitantes, ter cinco ecopontos. Avaliar um ecoponto em Pinheiros é muito diferente do que no Valo Velho e no Capão Redondo. É totalmente diferente.

A gente tem que olhar a região de uma forma diferenciada. O cobertor está curto, mas, na periferia, não tem cobertor. Então, a regra precisa ser regionalizada.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Rosangela.

Agora, vou abrir a palavra para o Vereador Silvinho Leite.

O SR. SILVINHO LEITE – Boa tarde a todos e todas.

Obrigado, Presidente. Quero parabenizá-lo por mais uma condução maravilhosa nesta audiência pública; nosso nobre Relator Marcelo Messias e todos os Secretários. O Fabricio até me conhece. Não é, Fabricio? Eu sempre gosto de parabenizar porque é uma atitude muito importante do nosso Prefeito, deixar que o Secretário venha, pessoalmente, discutir a peça orçamentária. É uma das peças mais importantes para a cidade de São Paulo. Eu não sou muito favorável a Secretário ficar atrás de um computador numa sala e não vir prestar contas junto às nossas comunidades. Então, eu quero parabenizá-los. Muito obrigado pela presença de vocês. Eu acho que é muito importante. (Palmas)

Vou começar pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

O orçamento proposto para 2027 é de aproximadamente R$ 14 bilhões, incluindo R$ 60 milhões para manutenção e operação de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, e mais R$ 60 milhões para construção de corredores de ônibus. Considerando os recursos previstos para a mobilidade em 2027, quais investimentos serão destinados à segurança de pedestres, ciclistas e motociclistas, principalmente nas avenidas de grande circulação dos bairros periféricos?

A Secretaria pretende readequar os tempos semafóricos, melhorar as travessias e ampliar a sinalização nos locais com maior índice de acidentes? Como essas prioridades serão definidas e monitoradas?

Aproveitando o tema das ciclovias, gostaria de entender qual critério que o município adota para avaliar a implantação ou a retirada de ciclovias, ciclofaixas ou ciclorrotas? Pergunto isso principalmente em relação às áreas periféricas, pois, como já foi demonstrado aqui, há locais com ciclovias em que não passa ninguém, enquanto em outros pontos a ciclovia foi instalada em frente a pequenos comércios, acabando por “quebrar” os comércios. Quero saber quem fiscaliza e verifica essas situações, e de que forma esses critérios são criados.

Em segundo lugar, embora a proposta seja de cerca de R$ 14 bilhões para a Secretaria, dos quais R$ 7 bilhões destinados à compensação tarifária dos ônibus —, de que maneira os recursos serão distribuídos para melhorar, efetivamente, o serviço nas regiões mais

afastadas? Existe previsão para ampliar a oferta de ônibus, melhorar a frequência das linhas e adequar os itinerários às ruas estreitas da periferia, reduzindo o tempo de espera e de deslocamento dos passageiros?

Essas seriam as minhas perguntas para a área de mobilidade e transportes.

Passando para a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, o orçamento proposto para 2027 é de aproximadamente R$ 772 milhões. Entre as ações previstas, R$ 375 milhões serão para manutenção e operação de parques urbanos e lineares; e R$ 23 milhões para arborização urbana. Considerando essa previsão de R$ 23 milhões à arborização urbana, como a Secretaria pretende distribuir esse investimento entre as regiões da cidade? Existe um planejamento que priorize os bairros periféricos, que sofrem com pouca cobertura vegetal, altas temperaturas e escassez de áreas verdes? Quais são as metas de plantio e manutenção previstas para 2027?

Além disso, em relação aos R$ 375,8 milhões previstos para a manutenção e operação de parques urbanos e lineares, como a Secretaria pretende garantir que os recursos atendam tanto os parques centrais quanto as áreas verdes das periferias? Existe um levantamento dos parques que mais necessitam de manutenção, recuperação ambiental e melhoria de acessibilidade? Se sim, quais são eles? Que resultados a população poderá acompanhar em 2027?

Aproveito a oportunidade para fazer um apelo ao Secretário, reforçando o que já conversei com o senhor sobre a possibilidade de realizarmos uma vistoria em três parques da região sul: o Parque Guarapiranga, o Parque M'Boi Mirim e o Parque Jardim Herculano. Os três apresentam problemas arbóreos. Sempre que ocorrem eventos climáticos severos, caem árvores em avenidas muito movimentadas, como na Guarapiranga e na M'Boi Mirim, o que é extremamente perigoso. Gostaria de saber se já foi concluído o estudo de levantamento das árvores centenárias da cidade de São Paulo para remoção ou readaptação. Temos enfrentado outro grande problema, porque além de caírem na época de grandes chuvas, muitas dessas árvores danificam as calçadas, prejudicando a mobilidade a pé de idosos, pessoas com

deficiência e crianças, criando verdadeiras barreiras físicas. Existe algum estudo para diminuirmos esse impacto?

Tratando agora da Secretaria Municipal de Mudanças Climáticas. Considerando os impactos nas regiões periféricas, especialmente com enchentes, alagamentos e ondas de calor, quais recursos estão previstos na LOA de 2027 para a prevenção e o enfrentamento desses problemas? Como a Secretaria pretende distribuir esses investimentos entre as regiões mais vulneráveis e quais resultados espera alcançar para a proteção da população?

Quais ações estão previstas para 2027 para proteger idosos, crianças e pessoas com deficiência que vivem em áreas de risco climático? Existe planejamento ou censo para mapear essa população de forma integrada com a Defesa Civil, com as subprefeituras e a Secretaria do Verde, para ampliar as ações preventivas e garantir que os recursos cheguem às comunidades que mais precisam?

Para concluir, e somado ao que já foi falado sobre as hortas comunitárias, gostaria de solicitar ao Secretário o envio posterior de um relatório que indique quantas hortas comunitárias temos hoje na cidade de São Paulo, quais são os critérios para a sua criação e o que está previsto para 2027?

Em relação às Secretarias do Clima e do Verde e Meio Ambiente, gostaria de saber se dispomos de um protocolo ou monitoramento conjunto referente ao descarte irregular de entulho, resíduos volumosos e restos de poda de árvores nas calçadas e vias públicas. O problema climático é muito sério no período de chuvas. Se não houver a destinação correta desse material, as consequências serão sérias. A população frequentemente solicita instalação de ecopontos em determinados locais, mas os próprios ecopontos existentes não comportam o volume de material descartado nas grandes periferias. Existe algum estudo para reaproveitarmos esse material para ter uma capacidade maior de reciclagem nessas áreas?

Eu gostaria de perguntar também sobre a drenagem urbana, mas deixarei esses questionamentos para SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, porque se trata de investimentos em grandes obras.

Muito obrigado, Presidente, e agradeço aos demais secretários.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereador Silvinho Leite.

O SR. SILVINHO LEITE – Desculpe, apenas para encerrar. A Vereadora Marina Bragante pediu para eu anunciar uma iniciativa que, de fato, é uma lei de sua autoria, da qual sou coautor, Lei nº 18.511, de julho de 2026, já sancionada pelo Prefeito Ricardo Nunes. A lei "autoriza a elaboração da Política de Adaptação Climática para a Rede Municipal de Ensino do Município de São Paulo, com o objetivo de promover a conscientização, a formação e a implementação de práticas adaptativas para o enfrentamento das mudanças climáticas nas unidades escolares, integrando ações pedagógicas e administrativas às diretrizes de sustentabilidade e resiliência climática".

Portanto, nós, enquanto Vereadores, também estamos fazendo a nossa parte. A educação precisa começar na escola, para que possamos conscientizar os jovens e adultos a não descartarem entulho, móveis velhos e resíduos no meio da rua.

Muito obrigado aos secretários e ao Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereador Silvinho Leite.

Peço a palavra para uma breve consideração. Gostaria de agradecer a todas as equipes presentes, aos representantes, aos munícipes que compareceram e a todas as Secretarias que nos prestam apoio. Agradeço também à CTEO, ao pessoal da nossa comissão e aos intérpretes de Libras que estão *on-line*: Webster Alexandre Pinheiro e Vanessa Carolina Lima Souza. Todo esse pessoal nos apoia.

Mas eu gostaria de fazer algumas perguntas à Secretaria sobre um tema que integra diferentes áreas, como as concessões de parques urbanos. Estamos tratando de meio ambiente e de concessões à iniciativa privada. Muitas reformas foram feitas, mas nem sempre da forma que esperávamos. Primeiramente, a qualidade das obras entregues pelas empresas não tem sido boa. Pude constatar isso, por exemplo, nas obras malfeitas no Parque do Carmo. As empresas concessionárias precisam entregar obras de melhor qualidade.

Segundo lugar, precisamos de obras que garantam superfícies permeáveis, e não

impermeáveis. É fundamental entender a essa necessidade. Além disso, observamos que áreas próximas a nascentes, represas e parques precisam de fiscalização adequada. Enquanto fiscalizam demandas secundárias, há pessoas construindo habitações em cima de nascentes que deveriam ser preservadas. Cito exemplo do Jardim Soares, em Guaianases. Lá tem uma nascente muito bonita localizada atrás do Hospital Geral de Guaianases. Precisamos replantar árvores no entorno dando condições de preservação àquela área. Da mesma forma, na região de Vila Curuçá, tem o Parque Linear Água Vermelha. Precisamos dar condições para que aquele parque seja mais verde, plantando mais árvores. Lá tem uma fonte de água, sempre foi uma água potável para a gente beber, hoje ela está contaminada. Então, a gente precisa rever esses espaços.

Para dar um exemplo, na Guarapiranga tem vários espaços que a gente precisa tirar, tem mansões construídas, a gente precisa remover aquelas mansões, porque é direito do povo ter o parque e a represa habitável. E a gente percebe que teve gente falou aqui agora que tem esgoto sendo jogado lá dentro. Então é importante que aquelas mansões sejam removidas, porque só se remove a população pobre. A gente precisa reaver esse espaço importante. São várias nascentes.

Eu acho que nós temos que fazer um parque, por exemplo, no Pantanal. Nós estamos tirando, removendo várias, várias pessoas de lá. Precisamos colocar um parque próximo, realmente, não deixar... Eu sou favorável a que se retire aqueles barracos, sim, próximos ao rio do Pantanal, mas a gente precisa também dar condições de o parque ser melhor. Inclusive, a privatização do Parque Biacica e do Jardim Helena trouxe problemas, porque hoje está danificado, o parque ficou pior, a pessoa não está conseguindo usar. Então, a gente precisa entender em qual caminho nós vamos andar.

A gente falou de área de construção de prédio. No Vale do Anhangabaú nós tínhamos uma área verde boa, hoje nós viramos concreto, então nós precisamos entender essa parte.

Falei das privatizações. Nós temos as áreas verdes, de mananciais, por exemplo. É sério, a gente precisa preservar. Só tem uma forma de preservar isso: se a gente tiver

fiscalização. E, a gente analisando, houve corte na fiscalização. Até falei para o Relator para a gente conseguir remanejar verba para a fiscalização. Eu acho que a Defesa Civil precisa de a Subprefeitura estar realmente o tempo todo presente.

Eu estou falando porque eu conheço a cidade. Por exemplo, você vai na Brasilândia, você percebe que a cada dia que passa o parque, a área verde está cada dia mais devastada. Você percebe que as barracas estão lá e não tem ninguém fiscalizando. Então, são essas coisas mínimas que a gente precisa entender. Se a gente conseguir fazer a fiscalização imediatamente, essas áreas verdes não vão continuar sendo acabadas na cidade. Se você analisar hoje, daqui a pouco ela está chegando lá em Mairiporã, porque a cada dia que passa a gente percebe que as pessoas estão avançando, cortando árvore, e a gente não consegue fazer essa fiscalização imediatamente. Começou a abrir um barraquinho, cavou, vá lá, interrompa. É isso que nós estamos querendo, que se consiga parar com a devastação das áreas verdes da cidade de São Paulo.

Falaram que plantaram 240.000, mas a gente não percebe isso na cidade. Por quê? Você planta aqui, derruba ali e não tem essa reposição, e a gente precisa realmente.

Vou dar outro exemplo: na Cidade Tiradentes, já está chegando em Ferraz, tem uma área verde lá, já estão chegando em Ferraz. Nós construímos um parque aqui, tinha uma área verde com nascente que nós estamos deixando a população desmatar e invadir. Então, a gente precisa entender qual é a principal política que nós vamos aplicar na cidade dessa forma.

Eu sou favorável ao seguinte, se já tiver, por exemplo... Eu vou até conversar com o Secretária após... Nós temos casa construída lá já há muito tempo, eu acho que tem que permanecer. Essas que estão sendo construídas agora, a gente tem que brecar imediatamente, parar com essas construções e preservar as áreas verdes da cidade de São Paulo, que são muito importantes.

Um exemplo também que eu queria falar, a Mata Esmeralda. Nós tínhamos, no Plano Diretor, que a Mata Esmeralda ia ser transformada em casas, a Mata Esmeralda na divisa com Taboão da Serra, com o Butantã. A gente precisa que a Mata Esmeralda permaneça. Há oito

nascentes lá dentro, há a fauna nativa, há muitas aves que frequentam aquele espaço. A gente precisa preservar o que eu estou falando mais ou menos aqui.

Eu já falei do Fundurb na outra audiência, não vou falar mais, porque acho que o Fundurb não foi feito para fazer calçada, foi feito para preservar as comunidades, e aí a gente precisa revitalizar. E eu acho também que muitas perguntas, muitas falas trazidas hoje, gente, eu também concordo, a população precisa ajudar também. Eu estava outro dia no espaço, eu vi, a pessoa pegou as garrafas e jogou no bueiro. Isso também não ajuda, a gente precisa cobrar. A gente cobra o Poder Público, mas a gente precisa também cobrar a população. Eu ouvi aqui todo mundo falando, mas ninguém falou disso.

Você já cobrou seu vizinho para não jogar o lixo na rua? Você já cobrou a pessoa que, quando passa no ônibus, joga o lixo? Então, assim, a gente cobrar é fácil, mas a gente precisa ajudar também. Então, assim, a gente tem que fazer a dupla cobrança, pode cobrar o Poder Público, mas tem que cobrar também o vizinho. Você tem que ser o fiscal também da própria Gestão. Se você não for o fiscal, eu acho que nós temos dificuldade de fiscalizar tudo, então a gente precisa também da população que nos ajude a cobrar a própria população.

Como eu já falei muito, eu vou só perguntar aqui, a cobrança sendo de ambos... Eu vou fazer uma pergunta aqui porque, assim, a gente falou de políticas urbanas e da habitação. Nós tínhamos um orçamento de R$ 5.000.748,67, e está prevista a diminuição disso, R$ 3,486 milhões, uma diminuição de quase 39%. Então, a gente precisa entender também se é dessa forma que nós vamos fazer.

Por exemplo, estou vendo a previsão de construção do Parque do Moinho. Mas onde essa população, que nós estamos tirando... Há previsão também de moradia para elas? A gente precisa entender também porque, assim, a gente vai criar uma forma de empurrar essa população para ela ocupar essas áreas verdes da cidade. Então, a gente também não pode empurrar. A gente tem que dar condições de essa população ter uma habitação adequada na cidade de São Paulo. E a gente precisa realmente fazer a política correta, não derrubar as árvores, ajudar a permanecer o que tem e ampliar. Somente assim nós vamos ajudar.

E minha última questão, que eu esqueci de falar. Por exemplo, na cidade de São Paulo nós temos ainda muitas ruas de paralelepípedo, e a gente está com uma política de acabar com as ruas de paralelepípedo, na cidade de São Paulo. A gente não pode continuar com essa política. A gente precisa preservar esse... Primeiro que esse asfalto dura muito mais, por muitos e muitos anos, mais do que o asfalto atual que está sendo colocado. Veja que a região de Pinheiros é o lugar hoje em que mais se preserva área de paralelepípedos, ou ruas de intertravados, seria importante. Então, a gente gostaria muito que essa política fosse aplicada na cidade de São Paulo, que é um piso intertravado que ajuda muito a não avançar, então seria muito importante.

A gente contaria muito com essa população que ajuda a gente a cuidar da cidade, a cuidar das árvores da cidade, do meio ambiente da cidade, e aí eu acho que nós faríamos uma integração. Quando o povo faz integração, a gente faz a diferença na cidade. Está bom?

Obrigado, viu, gente? (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Ele falou que não vai falar, não. Quem deseja? Não sei se o Secretário Wanderley vai querer falar agora.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. WANDERLEY DE ABREU SOARES JUNIOR – Eu anotei todas as questões, são várias, várias, várias, e a gente vai encaminhar depois todas as respostas.

Quero só citar a questão da horta. Nós vamos manter a horta e vamos ampliar. (Palmas) Então, é só para deixar isso bem claro. Não vai tirar horta nenhuma. Nós vamos, pelo contrário, ampliar, que é realmente um trabalho incrível que é feito na região. (Palmas)

A SRA. LUCIANA FELDMAN – Bom dia a todos. Eu continuo aqui representando o Secretário Renato Nalini, que precisou sair, mas estou representando a SECLIMA.

Queria cumprimentar os servidores, mas também os nossos voluntários, que são quase que servidores voluntários que estão com a gente. Então, na pessoa da Rosangela e da Elaine, quero cumprimentá-los, porque todos os finais de semana eles estão com a gente, eles

nos ajudam a fiscalizar, eles nos ajudam a botar a mão na massa, a plantar, a identificar áreas. Então, são pessoas que realmente fazem a diferença na Gestão.

Queria dizer que a SECLIMA – só repetir um pouco o que o Secretário falou –, é a primeira Secretaria de Mudanças Climáticas criada no Brasil. Ela vem com um papel diferente de outras secretarias municipais, por isso que ela está ligada à Secretaria de Governo, porque é uma secretaria de articulação. É uma secretaria, como a Rosangela falou, que tem de trabalhar com todas as outras Secretarias.

O primeiro Plano de Ação Climática falava com 13 Secretarias; hoje são 24 Secretarias envolvidas. A gente não fala só com a Secretaria do Verde, a gente fala com SIURB, a gente fala com SMSUB, a gente conversa com a Secretaria da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Direitos Humanos. Então, o nosso papel é de trabalhar de forma transversal com a Prefeitura inteira, além da academia, além da indústria, do comércio e de toda a sociedade civil.

É importante dizer que, por isso, a Secretaria de Mudanças Climáticas não tem um orçamento próprio. Nosso orçamento está espalhado por todas as Secretarias e o nosso papel é fazer um estudo técnico do que é necessário para a cidade, fiscalizar, monitorar se as outras Secretarias estão executando. Então, é esse o papel da Secretaria de Mudanças Climáticas, e por isso que ela não tem um orçamento próprio; nem precisa, porque a gente precisa fiscalizar o que os outros estão fazendo.

Importante dizer que o Plano de Ação Climática, hoje com 110 metas e cinco estratégias, está com 92% das suas ações em andamento, algumas já concluídas. É importante dizer que esse é um plano de curto, médio e longo prazo. Mas as Secretarias estão respondendo e estão fazendo.

Sobre o orçamento climático, que a Vereadora Marina falou, ele tem a parte de adaptação, a parte de mitigação e também uma preocupação enorme com a equidade. E aí eu entro na questão do idoso, que é a base desse plano de ação climática, até porque a minha pós-

graduação é em Gerontologia e não poderia ser diferente disso. A criança, a pessoa com deficiência e o idoso são a base do nosso plano de ação climática.

É importante dizer que o orçamento climático é de R$ 33 bilhões, espalhados por todas essas Secretarias, e o do idoso é de R$ 6,35 bilhões, também espalhados por diversas Secretarias, além de ter um orçamento próprio também na Coordenação da Pessoa Idosa. Com isso, temos feito muita coisa com a pessoa idosa, porque o que é bom para o idoso é bom para todo mundo. Então, temos trabalhado muito com essa faixa etária.

Falando da coleta seletiva, a cidade atende 100% das ruas com coleta seletiva. Infelizmente, a população não está separando o resíduo, então os caminhões voltam vazios. Hoje, estamos praticamente com 3% de reciclagem. É muito pouco. O que falta é divulgação. Só que nós fizemos uma campanha publicitária enorme, que passou na TV e no rádio e, mesmo assim, não teve continuidade.

- Manifestação do público.

A SRA. LUCIANA FELDMAN – Eu concordo com vocês. A campanha educativa é fundamental e temos cobrado para que seja feita, mas a população também tem que colaborar. Existe um *site* que informa qual o horário, aonde passa, qual a rua. Qualquer um pode entrar e ver.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Deixa a Secretária falar.

A SRA. LUCIANA FELDMAN – Deixa só eu concluir.

Nós temos na cidade 130 ecopontos, inclusive um ecoponto têxtil. A questão têxtil é importante e é muito atendida pela Prefeita.

- Manifestação do público.

A SRA. LUCIANA FELDMAN – Por favor, respeite. O Sr. não ficou falando? Deixa eu falar.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Por favor, respeito. Deixem ela concluir.

A SRA. LUCIANA FELDMAN – Outra coisa: com relação à drenagem, o orçamento é de R$ 1,62 bilhão. É a segunda maior dotação de investimento na LOA 2027. É 11% maior do que a LOA 2026, acumulando mais de R$ 11 bilhões em investimento e custeio desde 2021.

A questão dos ônibus também. Nós tivemos problemas com a parte de infraestrutura da Enel e, por isso, agora, além do elétrico, está entrando o biometano. O investimento entre elétrico e biometano é de R$ 2,7 bilhões, o maior investimento da história.

- Manifestação do público.

A SRA. LUCIANA FELDMAN – Eu não sei. Eu sou da Secretaria de Mudanças Climáticas.

Então, é isso. Eu acho que a Secretaria tem cumprido o seu papel. Dentro dessa articulação toda que é nossa responsabilidade, nós temos agido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Secretária.

Vou passar a palavra para o Sr. João Bonett.

O SR. JOÃO BONETT NETO – Obrigado, Presidente.

Nós agradecemos todas as questões levantadas. Talvez nem todas as questões, ou grande parte das questões, estejam diretamente relacionadas à nossa área, à nossa Secretaria de Transportes, mas entendemos que todas as contribuições são relevantes.

Estamos aqui com uma equipe registrando tudo o que vocês estão levantando, tanto os Vereadores, quanto os cidadãos. Isso é importante e relevante. Nós recebemos todas as questões e as críticas com muita humildade e compreendemos, sobretudo do ponto de vista da área técnica, que essas questões constituem elementos que fortalecem a atuação da nossa Secretaria, das demais secretarias e da Prefeitura como uma atuação de estado na implementação e no aprimoramento da implementação das políticas públicas, na universalização de direitos e, principalmente, no caso das medidas de enfrentamento das mudanças climáticas.

Gostaria só de pontuar rapidamente alguns questionamentos. Primeiro, do Sr. Alex, não sei se ele ainda está por aqui. As questões que você pontuou são bem específicas. Nós

vamos encaminhar isso internamente, já anotamos aqui, mas, a título de documentação e também para te responder com bastante precisão, pedimos gentilmente para o Sr. nos encaminhar essas dúvidas para o *e-mail* da Secretaria, smt@prefeitura.sp.gov.br. Se precisar, eu repito.

Da mesma forma, a Sra. Jeanne apontou algumas questões muito específicas. Se possível, também nos encaminhe esses pontos e formalize por *e-mail*. Isso nos ajudaria a responder e a encaminhar internamente essas questões.

O Sr. Vereador Silvinho Leite também trouxe vários pontos muito relevantes, que abrangem várias áreas da Secretaria e das empresas vinculadas. Nós anotamos, estamos com isso documentado, mas se puder formalizar, agradecemos.

Enfim, é só um encerramento mesmo da fala.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, João.

Fabricio?

O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Vou responder as questões que tocam à Seplan no tempo mais rápido que eu conseguir. Foram 19 falas e quatro Vereadores, e algumas coisas tocaram justamente a questão da elaboração da nossa proposta.

Começo pela primeira fala do Sr. José Antônio, que citou uma dotação para as altas temperaturas. Nós reconhecemos uma importância dessa política, especialmente nos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Para 2027, essa dotação teve um pequeno aumento de 4,5%. Então, nós estamos na casa de R$ 11,5 milhões. Só que sabemos que, na medida em que questões, principalmente emergenciais, aconteçam, isso pode ser revisto na execução. É uma dotação que, por vezes, não executamos na totalidade do orçamento, como está acontecendo em 2026. Porém, ela está prevista e faz parte da nossa estruturação.

Tivemos também informações que o Sr. Gilberto nos trouxe em relação às obras de prevenção de alagamentos e enchentes. Teve uma outra audiência em que o Sr. Gilberto também citou o andamento. Essas questões já estão anotadas porque, como tratam de

cronograma e previsão de entrega, não temos como responder de pronto. Já temos o contato do Gilberto e nós vamos passar.

Ele falou também sobre o orçamento climático nas Subprefeituras. Realmente, nós não temos esse recorte estruturado de uma forma pronta no orçamento. Temos a regionalização do orçamento, em que estamos na casa de R$ 86 bilhões regionalizados e temos também o nosso orçamento climático. Essas duas bases são públicas. Temos como fazer esse cruzamento. Eu vou ver a que tempo conseguimos fazer para disponibilizar o que seria o orçamento regionalizado climático.

- Manifestação do público.

O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Aproveitando que o Professor Marcelo está fazendo manifestação, em sua fala ele trouxe alguns pontos importantes e demonstrou um elevado conhecimento técnico das peças e uma análise importante. Agradeço muito a sua análise. Ele falou sobre a legalidade e a transparência da nossa proposta orçamentária.

- Manifestação do público.

O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Eu gostaria que você escutasse. É importante escutarmos também.

- Manifestação do público.

O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – *Ok*, e os crimes têm que ser apurados. Então, eu peço...

- Manifestação do público.

O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Primeiro, é importante diferenciar essas eventuais divergências quanto a conteúdo e forma de apresentação no orçamento e uma afirmação de descumprimento de legislação. São questões distintas e precisamos, de fato, analisar com o devido rigor técnico-jurídico, e não desconsiderando o que foi apresentado.

A nossa proposta segue como referência...

- Manifestação do público.

O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Agora é a minha vez de falar.

A nossa proposta segue, como referência, a Constituição Federal, a Lei 4.320, a Lei de Responsabilidade Fiscal...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Só um minuto, Sr. Fabricio.

Sr. Marcelo, se o senhor não deixar o Secretário falar, vamos convidar o senhor a deixar a sala. O senhor não está deixando ele concluir. Por favor, o senhor tem que respeitar. Ele está falando.

- Manifestação do público.

O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Sr. Presidente, eu fico à disposição de conversar com ele, mas temos a questão de regimento. Só para concluir a minha fala, por favor.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Está bem, conclua. Obrigado.

O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Quanto à transparência, reconhecemos que o orçamento é um instrumento complexo. Temos algumas iniciativas, de acordo com o que já foi dito no início, dos nossos painéis, dessas inovações com relação a recortes específicos de pauta, inclusive da pauta de hoje. Fico à disposição para fazer a discussão nesse nível.

A partir disso, também considero importante a indicação da Prefeitura de Vinhedo...

- Manifestação do público.

O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Não, eu posso conversar com ele. Eu posso... Não tem...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Sr. Fabricio, conclua.

O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Certamente temos muito o que aprender com a Prefeitura de Vinhedo, assim como eles também têm muito a aprender conosco. Embora o orçamento deles seja 140 vezes menor do que o nosso, essa indicação tem muita

importância.

No sentido da fala da Regina, que falou em nome do Francisco, a respeito da pessoa idosa, sabemos que essa é uma realidade e essa política precisa, sim, ter uma atenção. Na audiência de ontem, aliás, foi citada, como proposta, a criação de uma Secretaria. Isso tudo está sendo analisado e, de alguma forma, pode ser contemplado na votação final do nosso orçamento. Então, fica o registro de que isso está sendo analisado pelas nossas equipes.

Por fim, pedimos que as contribuições da Vereadora Marina Bragante sejam encaminhadas. Ela fez considerações importantes. Apenas cito, quanto ao monitoramento do orçamento climático, o qual já está de alguma forma na nossa agenda, que há uma estruturação para que ele seja feito, inclusive com o monitoramento do PPA. Então, em resposta ao que ela apontou para nós, isso de fato já está dentro da nossa estruturação.

Quanto aos outros Vereadores, eles trouxeram contribuições mais específicas para as pastas finalísticas, que acredito que vão ser respondidas com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Secretário Fabricio Reis.

Agora, o Vereador...

O SR. SILVINHO LEITE – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Pela ordem, Vereador Silvinho.

O SR. SILVINHO LEITE – O senhor me permite, Relator? É só um recado.

Eu não poderia deixar de parabenizar os nossos grandes servidores públicos hoje, desde o nosso pessoal de zeladoria, nosso pessoal de limpeza urbana, médicos, enfermeiros, ou seja, todas aquelas pessoas que fazem de verdade esta cidade, esta megalópole chamada São Paulo, funcionar. Então, eu gostaria de parabenizar todos os funcionários públicos. Foi uma falha minha, no início da minha fala, não ter feito essa apresentação, Sr. Presidente. Muito obrigado. Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereador Silvinho Leite.

Agora, o Vereador Marcelo Messias.

O SR. MARCELO MESSIAS – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Sr. Fabricio

Reis, Secretário-Adjunto da Seplan; a Sra. Luciana, Chefe de Gabinete, na pessoa da qual cumprimento todas as mulheres; o Sr. João Bonett, Analista de Políticas Públicas; o Sr. Wanderley, Secretário Municipal; o grande Vereador João Ananias, que está presidindo a audiência de forma excelente; a nossa Vereadora Renata Falzoni; o Vereador Silvinho Leite; e todos os demais aqui presentes.

Parabenizo os servidores públicos da cidade de São Paulo. Sem os servidores, a cidade de São Paulo não funcionaria. Então, é importante o reconhecimento dessas pessoas que fazem a cidade de São Paulo andar.

Quero passar alguns dados importantes para entendermos que o Orçamento da cidade de São Paulo não é fácil. Quando vemos as pessoas falando, parece que é uma coisa simples tirar o orçamento de um lugar e colocar em outro. É um desafio muito grande para os Vereadores e para vocês que vêm trazer as necessidades da cidade de São Paulo, mas principalmente para o Relator.

Preciso passar alguns dados para vocês entenderem que as coisas vêm avançando; não estão paradas. A cidade de São Paulo vem avançando. Temos que reconhecer as pessoas que trabalham na cidade de São Paulo. O Prefeito Ricardo Nunes está fazendo uma boa gestão e vou provar para vocês.

Em 2021, o orçamento da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente era de R$ 348 milhões. Hoje, o orçamento é de R$ 857 milhões. R$ 857 milhões. O orçamento da cidade de São Paulo está crescendo, na relação 2026-2027, 6,6%. O orçamento da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente está crescendo 21,3%. Está sendo dada atenção, sim, para a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Obviamente que não consigo fazer tudo de que a cidade necessita, mas tenho que falar que os avanços estão acontecendo.

Eu gostaria, professor Marcelo Nering, de alocar R$ 2 bilhões para a área do meio ambiente. Eu tenho dois filhos: um de 11 anos e um de 9; tenho minha mãe, de 75 anos...

- Manifestação do público.

O SR. MARCELO MESSIAS – Por favor, por favor, por favor, por favor.

Eu gostaria de colocar, como Relator do Orçamento, porque quero um futuro para a minha família, mas não consigo tirar da saúde para colocar no meio ambiente.

Vamos lá. Vamos continuar dando dados para vocês que dizem que não estamos fazendo nada. Mais de 50% da cidade de São Paulo tem cobertura vegetal. Já fizemos 16 parques de 2021 até hoje e há mais cinco parques sendo construídos. Além dos 2 mil ônibus elétricos, há os ônibus movidos a biometano. São 221 caminhões de coleta de lixo movidos a biometano. São quase 0,5 milhão de árvores plantadas desde 2021. Aí, acho uma ironia do destino que, em 2026, São Paulo tenha sido premiada, pela quinta vez, Cidade Árvore do Mundo pela ONU. (Palmas) Quer dizer, ninguém está trabalhando. O Prefeito não trabalha, o Vereador não trabalha, o Secretário não trabalha; quem trabalha são os senhores.

Para finalizar, vou dizer uma coisa importante para os senhores: quem acha que os Vereadores desta Casa não trabalham, seja candidato em 2028, ganhe a eleição e venha trabalhar. Porque os Vereadores trabalham, o Prefeito trabalha, o Secretário trabalha. Quem não está satisfeito, seja candidato. Respeite os Vereadores eleitos, porque aqui não tem moleque. Está todo mundo trabalhando.

Sr. Presidente, obrigado. Agradeço e vamos continuar firmes e fortes para termos uma cidade melhor para minha família, para sua família, para meus filhos e sobrinhos. Deus abençoe cada um de vocês e parabéns aos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Marcelo Messias.

Gente, deixem-me dar uma informação importante para todos. Dia 5...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Por favor, silêncio. Silêncio no plenário, por favor. Silêncio, silêncio, silêncio, silêncio, silêncio.

Um informe para vocês: dia 5 de novembro, quinta-feira, a Comissão de Finanças e Orçamento realizará a sexta audiência temática para discutir o PL 752/2026 – a Lei de Orçamento Anual de 2027 – às 10h neste mesmo auditório. Para quem quiser participar, informo que os temas são habitação...

- Manifestação do público.

O SR. MARCELO MESSIAS – Você me respeite. Você me respeite. Chamem a GCM para retirar esse rapaz daqui, por favor.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Silêncio. Silêncio no plenário.

O SR. MARCELO MESSIAS – Eu falei que eu não sou moleque. A senhora me respeite, por favor. A senhora me respeite porque estou no exercício do meu mandato.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Deixem-me só encerrar. É importante para quem quer ouvir sobre habitação. Se vocês não querem ouvir... Depois vocês discutem sobre isso.

O SR. MARCELO MESSIAS – Eu falei que eu não sou moleque. A senhora está fazendo uma acusação que é mentira. Eu falei que eu não sou moleque.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Gente, vamos lá.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Pessoal, se vocês não nos deixarem concluir, as pessoas interessadas não vão ter direito a fala. Depois, fica difícil.

Dia 5 de novembro, a Comissão de Finanças e Orçamento realizará a sexta audiência temática para discutir o PL 752/2026 – orçamento de 2027 – às 10h no auditório Prestes Maia, com o tema habitação, Secretaria Municipal de Habitação, Cohab, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e Secretaria Executiva do Programa Mananciais.

Há uma coisa que quero dizer. Muita gente às vezes fala que acumulamos muitas Secretarias; ao mesmo tempo, os munícipes cobram que as Secretarias se juntem. Então, precisamos entender, porque alguns falam para separar, outros falam que... Não pode, porque não há tempo.

Há outro tema sobre o qual quero informar: tínhamos audiência sobre a Educação marcada para o dia 4 de novembro, mas remarcamos para o dia 11 de novembro, tendo em vista que houve alguns pedidos. Deste modo, não haverá audiência no dia 4 de novembro. O

calendário atualizado já está divulgado nos meios oficiais para quem tiver interesse.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a nossa audiência. Obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.